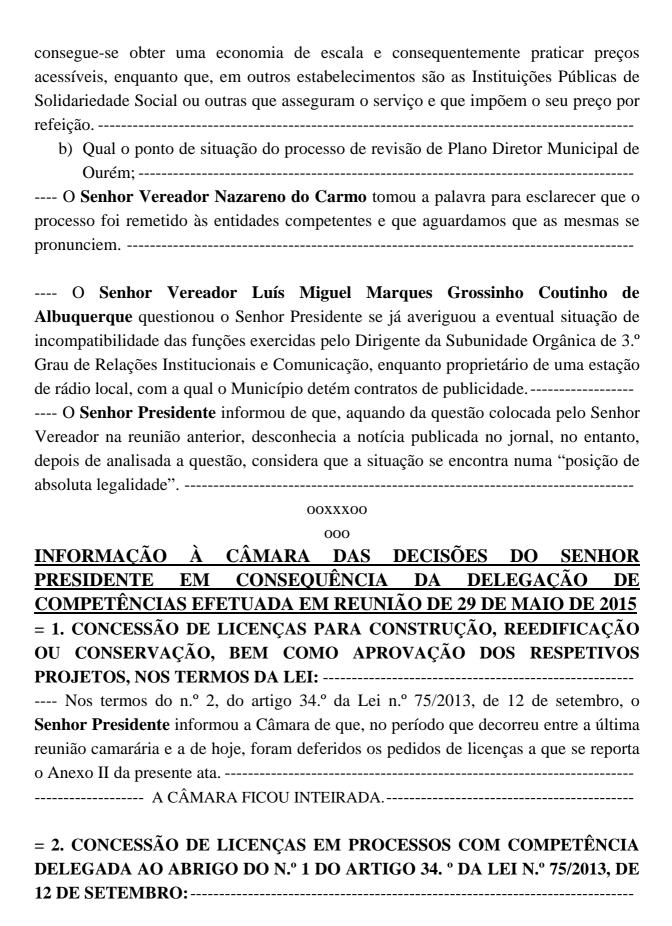


ATA N.º 26 (REUNIÃO PRIVADA)

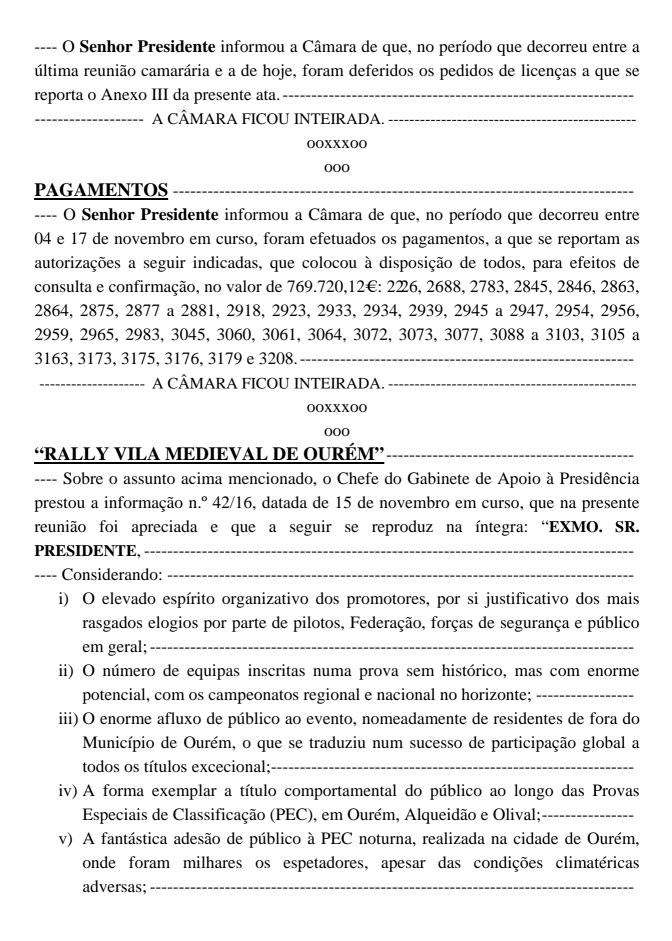
Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, na Cidade de
Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA
FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO
JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA
MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e JOÃO PAULO
PINA REBELO, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de
Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos
ooxxxoo
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
OOXXXOO
000
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor
Presidente deu seguidamente a palavra aos Senhores Vereadores para tratamento de
assuntos gerais para a autarquia
Tomou a palavra a Senhora Vereadora Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de
Sousa Costa, que questionou o seguinte:
a) Por que motivo os encarregados de educação das crianças da Educação Pré-
escolar, que frequentam o Centro Escolar de Freixianda, não pagam qualque
montante referente às refeições escolares, enquanto que outros que frequentam
estabelecimentos escolares da periferia, nomeadamente Rio de Couros e Casal
dos Bernardos pagam o valor considerado normal (1,46€) pela refeição;

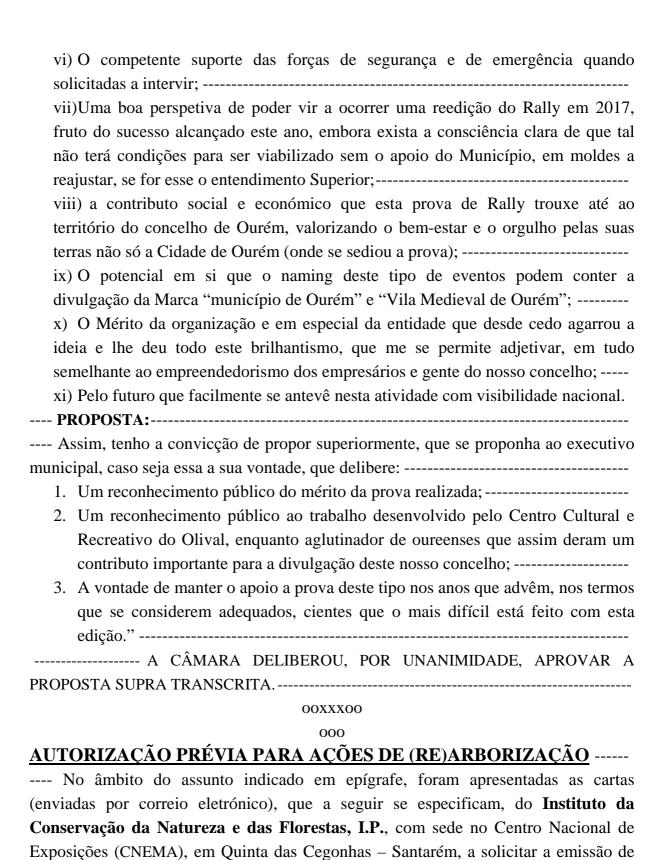
---- O **Senhor Presidente** clarificou que, o serviço de fornecimento de refeições no Centro Escolar de Freixianda é assegurado por recursos próprios e neste caso





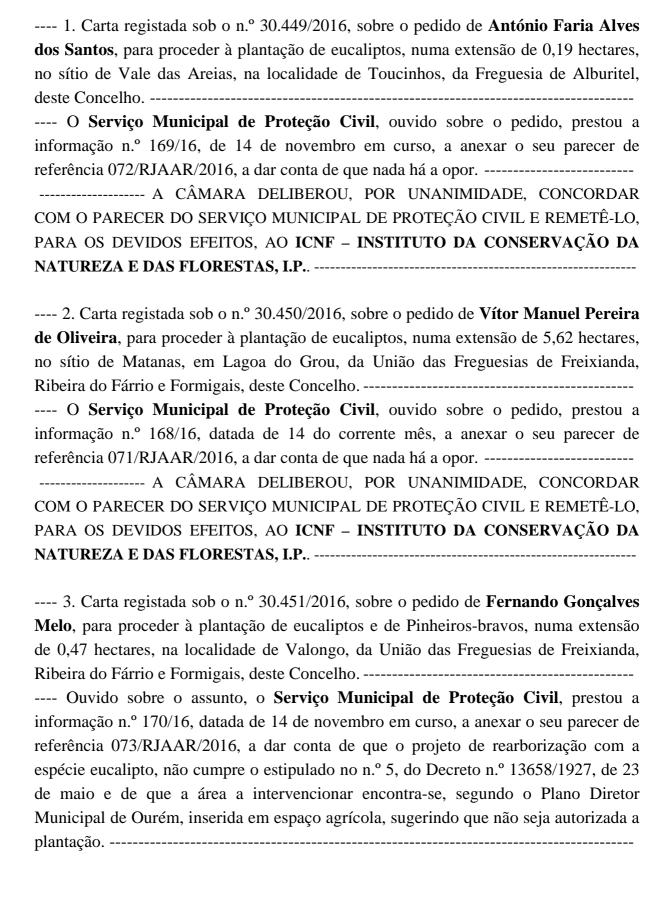




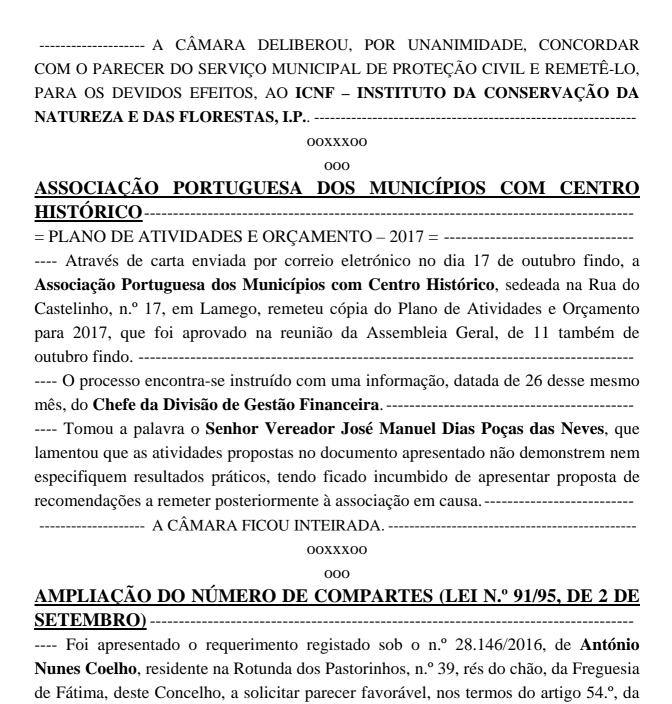


parecer, nos termos do n.º 1, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, sobre os pedidos que de igual modo se identificam: ------







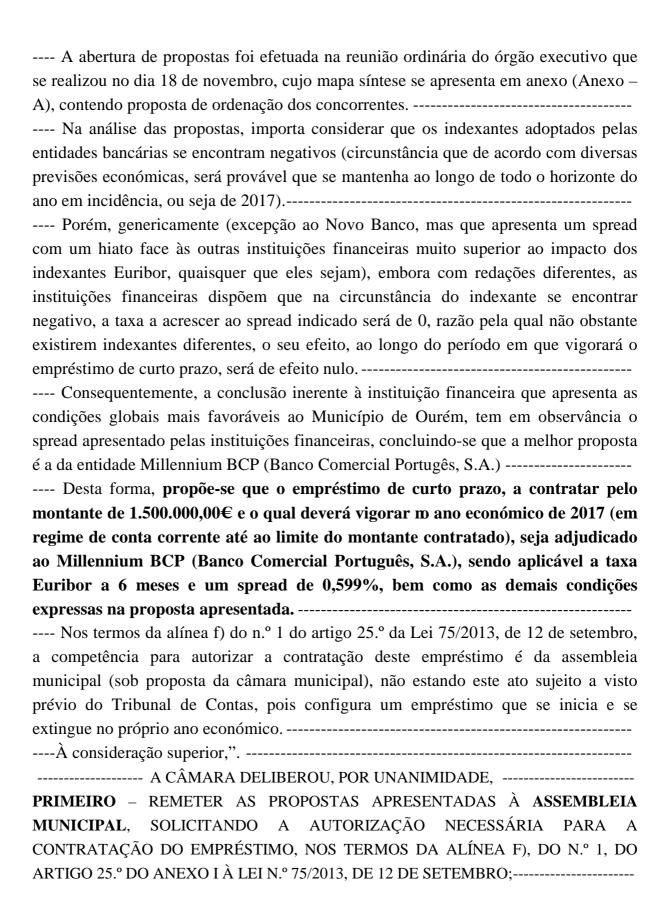


Prédio rústico composto por terra de semeadura com árvores de fruto e oliveiras, sito em Lagoa da Carreira, da Freguesia de Fátima, do Concelho de Ourém, com a área de 2300 m², a confrontar a norte e a nascente com António Lopes, a sul com José Francisco Marto e a poente com António dos Santos



Pereira, inscrito na matriz predial rústica da dita freguesia sob o artigo n.º 15128 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 6988. ---- Do processo fazem parte as informações que se passam a especificar: ------■ Informação n.º 248/16, de 24 de outubro findo, da Equipa de Projeto "Planeamento do Território e Reabilitação Urbana 2017";----- Datada de 31 desse mesmo mês, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso, a dar conta de que se poderá emitir parecer favorável. ---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, EMITIR PARECER OOXXXOO 000 EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO (TESOURARIA) – 2017-----= ABERTURA DE PROPOSTAS = ---------- Na reunião de 14 de outubro de 2016, a Câmara deliberou contrair o empréstimo designado em epígrafe, no montante de 1.500.000,00€ com consulta às instituições de crédito com estabelecimento no Concelho. --------- Efetuadas as consultas como legalmente se impõe, verificou-se que apresentaram propostas as seguintes instituições financeiras:------ Banco Santander Totta, S.A.; ------ Banco BPI, S.A.; ------ Caixa de Crédito de Leiria;------ Caixa Geral de Depósitos, S.A.;------ Novo Banco, S.A.;------ Banco Comercial Português, S.A.. --------- Abertas as propostas foram as mesmas remetidas, de imediato, ao Chefe da Divisão de Gestão Financeira para análise, da qual resultou a informação n.º 111/16, que se passa a transcrever: "Na sequência da reunião de 14 de outubro findo do órgão executivo deliberou-se encetar procedimento tendo em vista contrair um empréstimo de curto prazo para o ano económico de 2017, com início a 1 de janeiro de 2017 e término a 31 de dezembro de 2017, pelo montante de 1.500.000,00€ (Um Milhão e Quinhentos Mil euros). --------- Em resultado da referida deliberação, foi efectuada consulta a todas as instituições financeiras com dependência existente na área adstrita ao Município de Ourém. -----





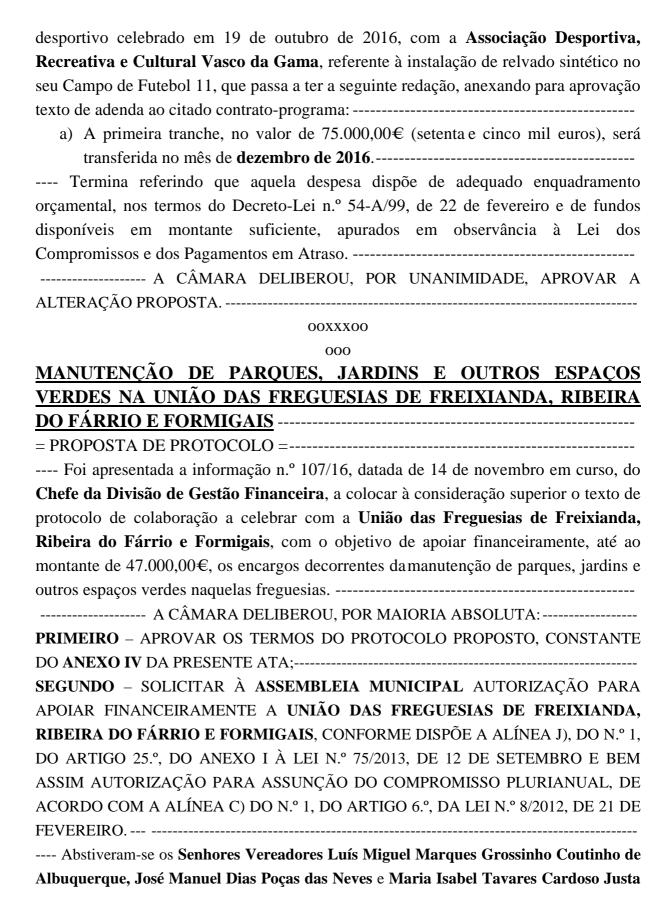


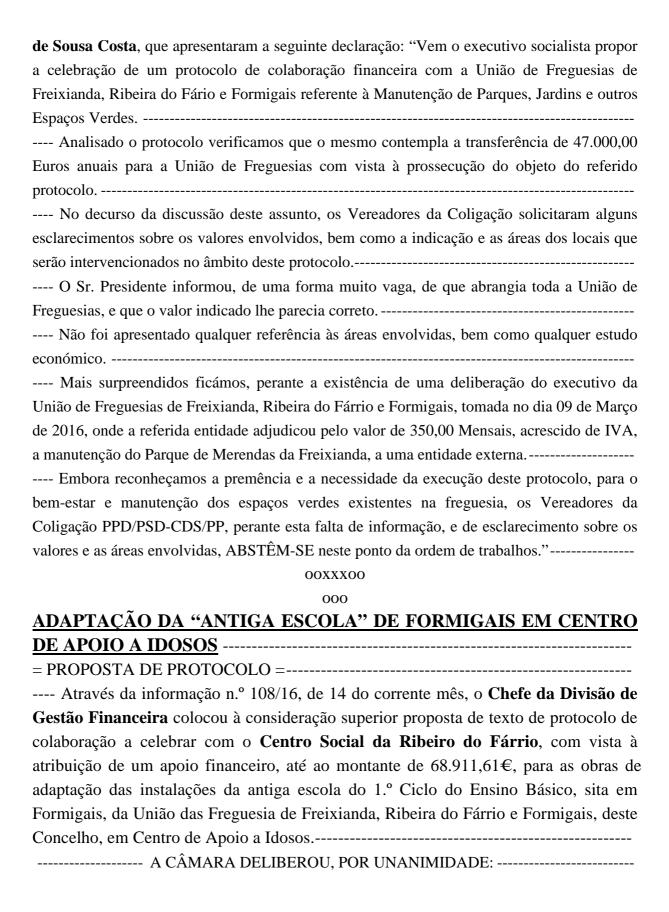
ooxxxoo

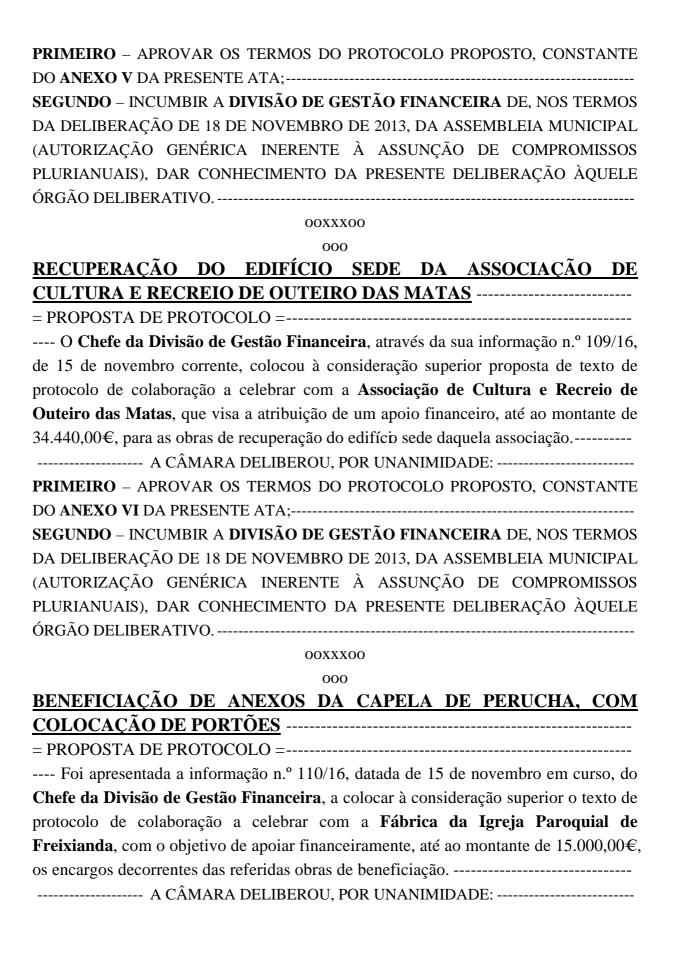
000

ALTERAÇÃO PROPOSTA. ------

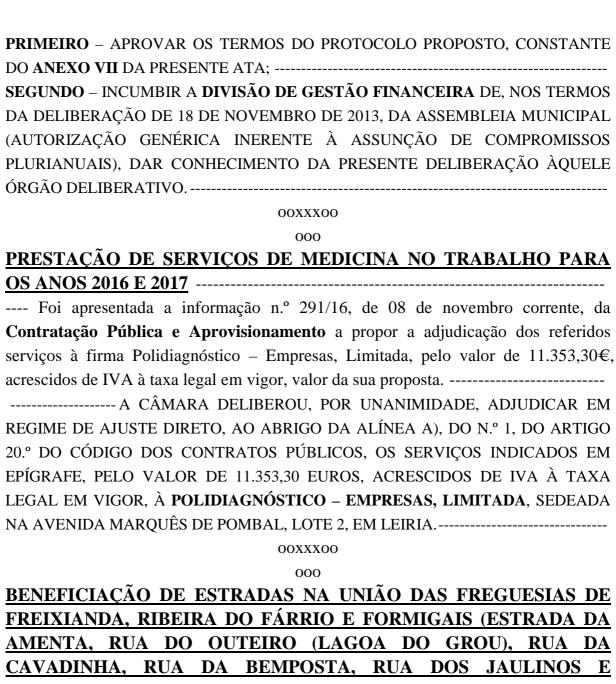










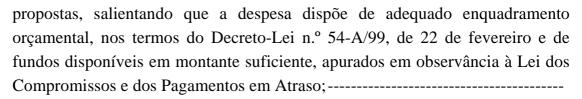


AMENTA, RUA DO OUTEIRO (LAGOA DO GROU), RUA DA TRAVESSA ALVES) ----------- No âmbito da empreitada indicada em epígrafe, foi apresentada informação n.º

300/16, de 14 do mês em curso, da Contratação Pública e Aprovisionamento, a anexar os respetivos Caderno de Encargos e Convite, com custos estimados em 131.801,23€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor e a propor a escolha do procedimento de ajuste direto. -----

- ---- O processo encontra-se instruído com os elementos que se passam a especificar: --
 - Informação, datada de 14 desse mesmo mês, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira a dar conta de que concorda com o procedimento e com as peças





Despacho, datado daquele mesmo dia, do Senhor Vice-Presidente (no exercício das funções de Presidente), a dar conta de que aprova a despesa e as peças do procedimento propostas e de que nomeia como elementos efetivos do Júri, o Chefe da Divisão de Obras Municipais Rui Miguel da Costa Teixeira, o Técnico Superior Paulo Sérgio Dias de Oliveira e o Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso Vítor Manuel de Sousa Dias e como elementos suplentes, o Responsável pela Contratação Pública e Aprovisionamento, Bruno Martinho Freire Ribeiro e o Técnico Superior Eugénio José Tapadas Moura. Designa ainda como gestores do procedimento na plataforma eletrónica de compras, os Técnicos Superiores Bruno Martinho Freire Ribeiro e Paulo Sérgio Dias de Oliveira e a Coordenadora Técnica Maria Natália Almeida Santos, conforme sugerido na informação da Contratação Pública e Aprovisionamento.

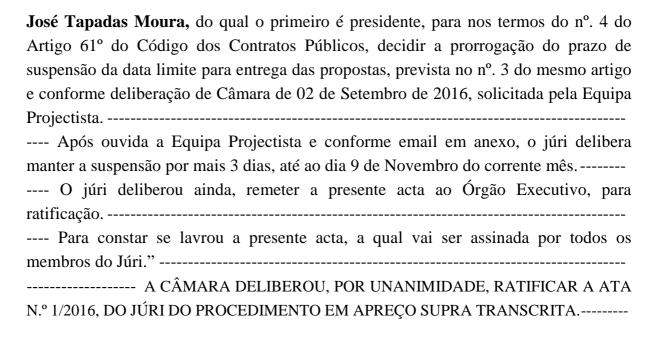
OOXXXOO

000

REQUALIFICAÇÃO URBANA DA AVENIDA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA – NOSSA SENHORA DA PIEDADE – OURÉM ------

---- 1. Ata n.º 1/2016, datada de 03 de novembro em curso: "Aos três dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu na Sala de Reuniões do piso 0 do Edifício Sede do Município de Ourém, o Júri do procedimento para a realização dos trabalhos designados em epígrafe, constituído pelo Dirigente da Subunidade Orgânica de 3º Grau de Fiscalização e Contencioso, **Vítor Manuel de Sousa Dias**, o Técnico Superior **Luís Paulo dos Santos Rato Niza Ribeiro** e o Técnico Superior **Eugénio**





Pedido n.º	Esclarecimento solicitado	Resposta
(data/hora)		
1 2016-10-14 18:30:36	Da observação às peças de procedimento disponibilizadas, verifica-se que as peças desenhadas referentes às especialidades de electricidade e iluminação pública e rede de gás se encontram em formato não editável (PDF). Pelo que solicitamos a disponibilização das referidas peças desenhadas em formato editável (DWG).	causa, este informa que os PDFs disponibilizados estão à escala que figura na respetiva legenda, pelo que a
2	1. Cap. 2. Demolições	<u>1 – Cap. 2 - Demolições</u>
2016-10-21	O mapa de quantidades, no artigo	
14:23:36	2.13 prevê 1 Vg para desativação	

e remoção de elementos pertencentes às redes de infraestruturas desativada.

Abastecimento de água

A memória prevê a remodelação m de rede com substituição das distribuidoras atualmente existentes fibrocimentos por duas DN 125 em PVC DN10, e a substituição da adutora existente em fibrocimento por uma nova DN250 e uma DN160 PN16 e colocação de uma nova 200 PN16. Solicita-se os seguintes esclarecimentos:

□ Toda a rede existente será desativada, incluindo ramais?
 Quais as quantidades envolvidas?
 □ Esta opção implica a remoção das condutas existentes, transporte a vazadouro e reaterro da vala?

Solicita-se igualmente planta com localização da rede a desativar e da rede a construir.

Rede Pluvial e Doméstica

Nos desenhos de projeto não é possível identificar os troços a desativar.

Solicita-se identificação da natureza e quantidades a realizar. Caso se verifique intervenção nesta atividade serão removidos as condutas existentes, transporte a vazadouro e reaterro da vala? Qual o diâmetro e tipo de material das condutas?

Outras Redes

Solicitam-se esclarecimentos sobre os pontos anteriores colocados, para as redes de telecomunicações, elétrica, fibra ótica e gás.

Abastecimento de água

As condutas a desativar só serão retiradas e transportadas a vazadouro se a sua localização coincidir com a da nova conduta a implantar. O mesmo se aplica aos ramais de abastecimento. Não se prevê a remoção de condutas ou ramais fora deste âmbito.

Rede pluvial e doméstica

Os coletores a desativar só serão retirados e transportados a vazadouro se a sua localização coincidir com a do novo coletor a implantar. O mesmo se aplica aos ramais de drenagem. Não se prevê a remoção de coletores ou de ramais fora deste âmbito.



2. Cap. 4 - Pavimentos

As medições detalhadas de projeto referem uma escavação com altura de 0.65m.

O preenchimento deste volume é executado, igualmente segundo as medições detalhadas, da seguinte forma:

☐ Geogrelha

☐ Rega de Impregnação

☐ Camada betuminosa com 8 cm,

 $\hfill \square$ O que totaliza uma altura de 0.58 m.

Solicitamos esclarecimento sobre a discrepância das espessuras a executar.

3. Cap. 5 - Sinalização

O mapa de quantidades prevê o fornecimento e aplicação de sinais de direção (tipo urbano) num total de 25 conjuntos.

Definem as dimensões das caixas de alumínio (154X34X11.5cm), e o diâmetro dos postos (144mm). Solicitamos peças desenhadas, com as inscrições em cada conjunto, tipo de "letring" a utilizar, e altura dos respetivos postes.

4. Cap. 13. Fibra Ótica

Apenas está previsto e realização dos trabalhos de construção civil. Solicitamos esclarecimentos se o fornecimento e instalação de cabo de fibra ótica não faz parte do âmbito da empreitada, sendo eventualmente da responsabilidade da empresa instaladora dos serviços.

<u>5. Cap. 14. Infraestruturas</u> Telefónicas

2 – Cap. 4 - Pavimentos

Relativamente ao pavimento das vias podemos esclarecer que a diferença entre os 58 e os 65 cm diz respeito à camada de desgaste com 7 cm.

3 – Cap. 5 - Sinalização

Nas peças desenhadas relativas a este capítulo estão as inscrições pretendidas para cada caixa.

<u>4 – Cap. 13 – Fibra Ótica</u>

Confirma-se que só serão executados os trabalhos de construção civil descritos nas medições.

<u>5 – Cap. 14 – Infraestruturas</u> Telefónicas



Neste capítulo, a memória descritiva e respetivos desenhos apenas indicam trabalhos de construção civil (tubagens, caixas e material diverso).

Solicitamos

esclarecimento/confirmação que o fornecimento e instalação de cablagem e posteriores ligações, não fazem parte do âmbito do projeto, e que será eventualmente executado pela empresa exploradora do serviço.

6. Cap. 15. Iluminação pública

Iluminação Pública

O mapa de quantidades, para além dos trabalhos de construção civil e tubagem para enfiamento de cabos, apenas contempla o fornecimento e assentamento de colunas de iluminação.

Contudo a memória descritiva no ponto 3.3 refere que os cabos a plicar são do tipo LSVAV 4X16 mm2 colocado em tubagem de 63 mm.

Os desenhos 1PLED a 4 IPLED, indicam a localização e tipo de cabos a colocar, assim como os armários de distribuição e colunas. Solicitamos o seguinte esclarecimento.

1-A tubagem para enfiamento de cabos será em polietileno corrugado de dupla parede PE 160 ou de 63 conforme memoria, ou ainda de acordo com os desenhos 14 (rede de tubagem) Ø160 e 63 mm?

2- A cablagem a instalar não está quantificada no mapa de quantidades bem como o fornecimento e instalação de

Confirma-se que só serão executados os trabalhos de construção civil descritos nas medições.

Esclarece-se ainda que se encontram em anexo às Clausulas Jurídicas os textos dos protocolos celebrados entre o Município de Ourém e as entidades PT/MEO, EDP e Tagusgás, onde estão indicados os trabalhos da responsabilidade do Município e os da responsabilidade de cada uma das restantes entidades.

<u>6 – Cap. 15 – Iluminação Pública</u>

Iluminação Pública

- 1 Esclarece-se que, tanto na rede de Iluminação Pública como na rede de Média Tensão/Baixa Tensão, a tubagem a utilizar será em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Corrugado de Parede Dupla (corrugado no exterior liso no interior), de cor vermelha e com Ø63 e de Ø160 mm de secção.
- 2 Confirma-se que só serão executados os trabalhos de construção civil descritos nas medições.
 Esclarece-se ainda que se encontram



novos armários a colocar.

Trata-se de uma omissão ou estes trabalhos não estão incluídos no âmbito do projeto? No caso dos armários a instalar qual a sua constituição elétrica?

3- Os trabalhos de mudança / recolocação de colunas tem como unidade 1 VG.

Solicitamos esclarecimento sobre o número e localização das colunas a recolocar.

4-Solictamos desenhos de pormenores das colunas e luminárias.

Baixa tensão

Os desenhos 1 a 4 "rede subterrânea BT", localizam os ramais a construir e armários de distribuição a colocar, com identificação da cablagem a utilizar.

Contudo a memória descritiva define "... todos os cabos a colocar deverão ser em tubagem PEAD Ø160 para os troços principais e travessias e de 63 mm para as alimentações trifásica e monofásica". Igualmente define o tipo de cablagem a utilizar.

O mapa de quantidades não refere a realização de qualquer um destes trabalhos.

Assim solicita-se os seguintes esclarecimentos:

1-Os trabalhos em baixa tensão serão efetivamente para realizar?
2-Em caso afirmativo deverá ser

em anexo às Clausulas Jurídicas os textos dos protocolos celebrados entre o Município de Ourém e as entidades PT, EDP e Tagusgás, onde estão indicados os trabalhos da responsabilidade do Município e os da responsabilidade de cada uma das restantes entidades.

3 – No artigo 15.8 do mapa de trabalhos está mencionada a mudança/relocalização de colunas de iluminação pública. Esclarece-se que, nesta situação, se trata de 1 (uma) coluna, atualmente localizada junto à rotunda existente na extremidade nascente da área de intervenção, e que será deslocada cerca de 6,5 m para ficar em consonância com o desenho de arranjo geral previsto.

4 – Esclarece-se que as colunas previstas são da marca Soneres ou equivalente, e conformes à descrição constante no artigo 15.7. Todas as luminárias serão a fornecer e instalar pela EDP.

Baixa Tensão

Confirma-se que só serão executados os trabalhos de construção civil descritos nas medições.

Esclarece-se ainda que se encontram em anexo às Clausulas Jurídicas os textos dos protocolos celebrados entre o Município de Ourém e as entidades PT, EDP e Tagusgás, onde estão indicados os trabalhos da responsabilidade do Município e os da responsabilidade de cada uma das restantes entidades.



quantificado e descrito o seguinte:

- ☐ Cablagem
- ☐ Armários de distribuição
- ☐ Caixas de contagem
- ☐ Tubagem
- ☐ Portinolas

7. Cap. 16. Rede Gás

Solicitamos confirmação que a instalação da rede de Gás (tubagem, acessórios, instalação e inspeção) e a execução de trabalhos de construção civil, serão executados pela Tagusgás, de acordo com o ponto 11 da memória descritiva.

8. Reabilitação de coletores

O projeto prevê a reabilitação pontual pelo método "PartLining", com aplicação de manga de 60 cm de dupla camada.

A memória descritiva refere 30 pontos de reparação, 27 na rede de esgotos domésticos e 3 na rede de águas pluviais, o que está de acordo como mapa de quantidades posto a concurso.

Os desenhos de concurso, indicam a localização, mas não indicam o comprimento de cada intervenção. Solicitamos confirmação do número de intervenções, indicando o comprimento a realizar por cada intervenção e método construtivo.

9. Dossier de exploração

Sendo empreitada a executar numa zona urbana central, solicitamos o envio do faseamento dos trabalhos pretendido pelo dono de obra, designadamente o

<u>7 – Cap. 16 – Rede de Gás</u>

Confirma-se que só serão executados os trabalhos de construção civil descritos nas medições.

Esclarece-se ainda que se encontram em anexo às Clausulas Jurídicas os textos dos protocolos celebrados entre o Município de Ourém e as entidades PT, EDP e Tagusgás, onde estão indicados os trabalhos da responsabilidade do Município e os da responsabilidade de cada uma das restantes entidades.

8. Reabilitação de coletores

Tal como está descrito em mapa de trabalhos, cada reparação tem um comprimento de 60 cm. Nas peças desenhadas. nos coletores representados com linha de amarela, que se referem aos coletores a manter, mas que necessitam de reparações pontuais, podem ver-se pequenos retângulos, correspondendo cada um deles a uma reparação O construtivo pontual. método encontra-se descrito no mapa de trabalhos.

9. Dossier de exploração

Esclarece-se que cabe ao Empreiteiro propor ao Dono de Obra a forma de organização e o faseamento da empreitada bem como assegurar as condições necessárias de circulação e

dossier de exploração previsto para a evolução dos trabalhos.

acesso de veículos e peões, conforme descrito nos elementos de concurso (ponto 4. Diversos da Memória Descritiva e Justificativa do Arranjo Geral, pontos 1.3, 1.4, e 2.1 a 2.2.4 do Caderno de Encargos relativo ao Arranjo Geral, Rede Viária e Paisagismo.

Ponto 1 -

De acordo com o mapa fornecido no ponto:

Fornecimento 15.7 assentamento de colunas quadrada de tronco único, em aço com qualidade costura. S235R, EN 10025-2 de 10m e secção 120x120mm, com braço simples de 0,90m, adaptado para encabadouros de 60mm de diâmetro, fixação por enterramento. galvanizada por imersão a quente, pintado em cor cinza forja.

3 2016-10-21 15:09:29

Pede-se esclarecimento acerca de:

- No **mapa de quantidades** é pedido coluna quadrada trono único 10m com braço de 0.90m.
- No **estudo luminotécnico** é apresentado coluna de 8 metros com braço de 90 centímetros.
- Na **memória descritiva** é pedido coluna octogonal 10 metros e braço de 1,25 metros.

O que deve ser considerado?

- No ponto 3.2 Luminárias da MDJ é referido "luminárias a aplicar serão do tipo corrente em uso na EDP, de acordo com a DMA-C71-110/N, equipadas com lâmpada de VSAP de 150 W" e "Poderão ser colocadas luminárias

Ponto 1

- Esclarece-se que a iluminação pública tipo 1, conforme localizações constantes nas peças desenhadas B.01.32 a B.01.40, tem previsto uma coluna com 8 m c/ braço de 0,9 m, a equipar com luminária. As luminárias são a fornecer e instalar pela EDP.
- Esclarece-se que a iluminação pública conforme localizações tipo 2, constantes nas peças desenhadas B.01.32 a B.01.40, tem previsto uma coluna com 10 m c/ braço de 1,25 m a luminária, equipar com conjunto (coluna+braço+luminária) a fornecer e a instalar pela EDP.

Confirma-se que só serão executados os trabalhos de construção civil descritos nas medições.

Esclarece-se ainda que se encontram em anexo às Clausulas Jurídicas os textos dos protocolos celebrados entre o Município de Ourém e as entidades PT, EDP e Tagusgás, onde estão indicados os trabalhos da responsabilidade do Município e os da responsabilidade de cada uma das restantes entidades.

LED equivalentes, devendo estas respeitar a DMA-C71-111/N."

Segundo o que está escrito podem existir vários entendimentos, visto que uma solução fica mais económica que a outra. O estudo luminotécnico está feito com solução em LED. Qual devemos considerar?

Não está referido o fornecimento, aplique e eletrificação das luminárias. Não é para considerar?

Ponto 2 -

Nas peças desenhadas e escritas estão contemplados armários de distribuição, no mapa de trabalhos não existe qualquer referencia a estes. Não é para considerar?

Ponto 3 –

Solicitamos as Peças Desenhadas em formato editável do B.07 – Rede de energia ELE e IP.

Ponto 4 –

2016-10-21

17:46:47

Relativamente ao B10 – Rede de fibra ótica não existe no mapa de quantidades trabalhos referentes a esta especialidade. Não é para executar?

Após análise do processo em concurso, vimos pelo presente, realizar um pedido de esclarecimentos para os seguintes itens:

• Existe um estudo luminotécnico realizado pela marca

Ponto 2

Confirma-se que só serão executados os trabalhos de construção civil descritos nas medições.

Esclarece-se ainda que se encontram em anexo às Clausulas Jurídicas os textos dos protocolos celebrados entre o Município de Ourém e as entidades PT, EDP e Tagusgás, onde estão indicados os trabalhos da responsabilidade do Município e os da responsabilidade de cada uma das restantes entidades.

Ponto 3

Os PDFs disponibilizados estão à escala que figura na respetiva legenda, pelo que a impressão dos desenhos na escala correta permite efetuar as medições que se entendam necessárias.

Ponto 4.

Os trabalhos a efetuar relativos à Fibra Ótica estão descritos no capítulo 13 do mapa de trabalhos.

Esclarece-se que a iluminação pública corresponde ao capítulo 15 do mapa de quantidades. Não estão medidas as luminárias nem os cabos dado que estes materiais e equipamentos serão a fornecer e a instalar pela EDP.

Confirma-se que só serão executados

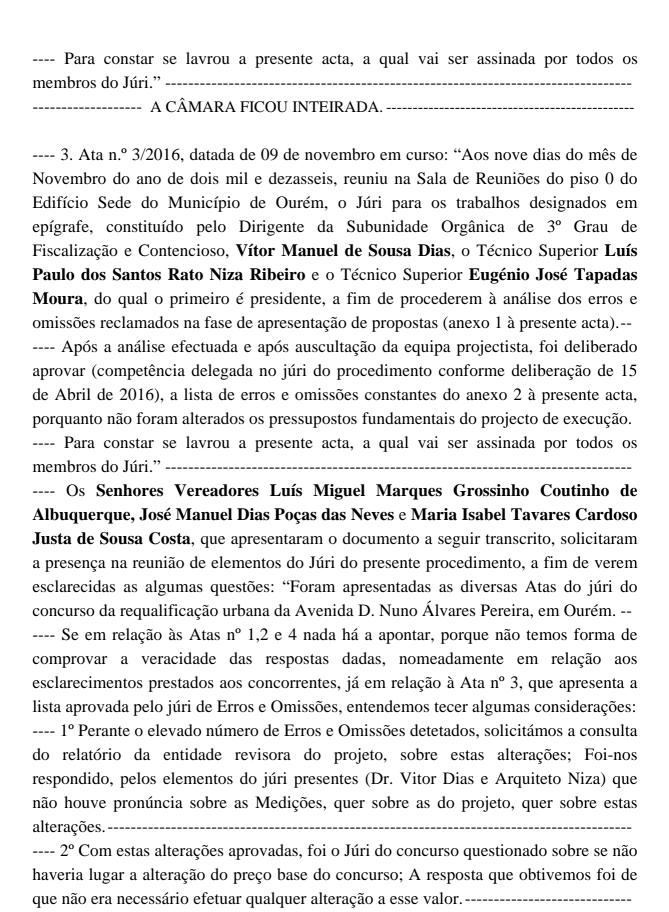


	SONERES para os equipamentos de iluminação pública, no entanto nesse mesmo estudo são apresentados vários modelos de luminárias (BOX II e LUSA II). Qual dos modelos apresentados no estudo deverá ser considerado para orçamentação? • No mapa de quantidades não está requerido o fornecimento nem instalação das luminárias. Deveremos quantificar as luminárias com base nas peças desenhadas disponibilizadas e apresentar como omissão, ou aguardar por um novo mapa de quantidades retificado que inclua este item? • No mapa de quantidades não está incluído o fornecimento e instalação da cablagem necessária (LSVAV 4x16) identificada nas peças desenhadas. Deveremos realizar as medições com base nas peças desenhadas disponibilizadas e apresentar como omissão, ou aguardar por um novo mapa de quantidades retificado que inclua este item? Após análise das peças do processo detectou-se que as peças desenhadas fornecidas em dwf, nomeadamente as peças "B.01.32"	esclarecimentos, dado que a questão	
5 2016-10-25 12:02:16	a B.01.40 - Apresentação" dos B01-Arranjos Gerais, são ficheiros com bastante informação e torna-se praticamente impossível	colocada fora de prazo, consideramos que não é de responder.	
	medir, sendo assim solicita-se as peças desenhadas em formato editável (.dwg), da obra em epigrafe.	atrás, este júri, delibera o seguinte:	
1 1551111, o constactando tado o que se referia atras, este juri, denocia o segunite.			

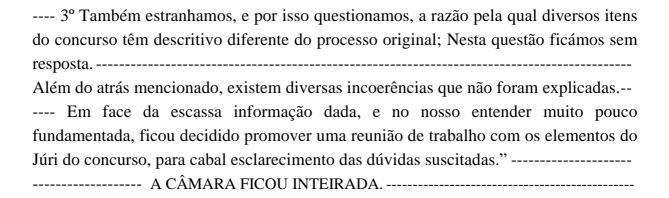
---- 1 – Aprovar a presente acta. -----

---- 2 — Dar conhecimento à entidade adjudicante dos esclarecimentos solicitados e respectivas respostas após auscultação do projectista, prestados nesta fase. -----









---- 4. Ata n.º 4/2016, datada de 10 de novembro em curso: "Aos dez dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu na Sala de Reuniões do piso 0 do Edifício Sede do Município de Ourém, o Júri do procedimento para a realização dos trabalhos designados em epígrafe, constituído pelo Dirigente da Subunidade Orgânica de 3º Grau de Fiscalização e Contencioso, **Vítor Manuel de Sousa Dias**, o Técnico Superior **Luís Paulo dos Santos Rato Niza Ribeiro** e o Técnico Superior **Eugénio José Tapadas Moura**, do qual o primeiro é presidente, para nos termos do nº. 4 do Artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, decidir sobre o pedido de prorrogação do prazo limite para a apresentação de propostas solicitado por um dos concorrentes. -

--- O pedido foi formulado nos seguintes termos:-----

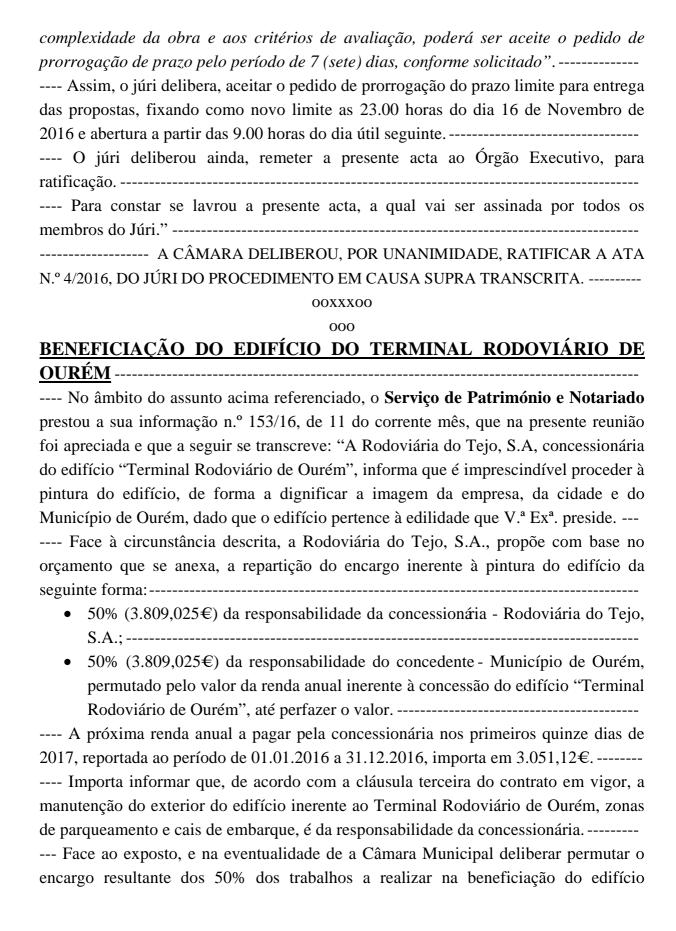
Tendo esta empresa tomado conhecimento da extensa lista de erros e omissões aceites e o elevado número de novos elementos introduzidos, vimos pelo presente solicitar a prorrogação do prazo para apresentação das propostas por um período mínimo de 7 dias, tendo por base o disposto nos números 2 e 3 do artigo 64°.

Atento ao critério de adjudicação (50% Valia técnica) e à necessidade de elaboração de novas consultas, motivada pela adição de novos elementos e alteração dos aspetos fundamentais das peças do procedimento (peças desenhadas e descritivos do mapa de quantidades), deverá o júri conceder a prorrogação por período equivalente ao decorrido desde o início da suspensão até à resposta.

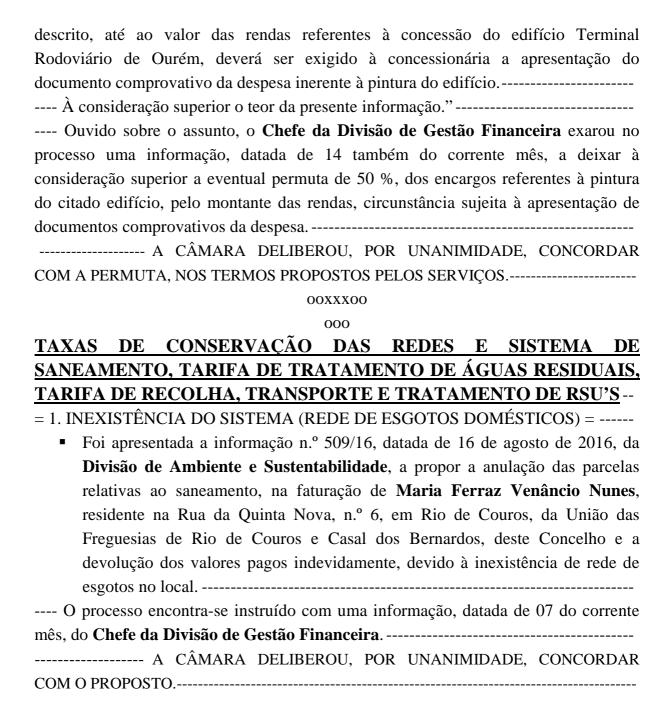
Assim sendo, dado que o término do prazo para a apresentação das listas de erros e omissões foi a 2 de Novembro e a resposta apenas foi formalizada a 9 de novembro, solicita-se ao Exmo. Júri que se digne a conceder uma prorrogação por igual período (7 dias corridos), ou seja, que o dia para a entrega seja o dia 16 de Novembro.

---- Ouvida a equipa projectista sobre esta matéria, esta informou que "embora tenha havido correção de elementos desenhados e diversas clarificações no que respeita ao mapa de medições, é também certo que a natureza dos trabalhos da obra se manteve, bem como o tipo de equipamentos e de materiais previstos. No entanto, atendendo à

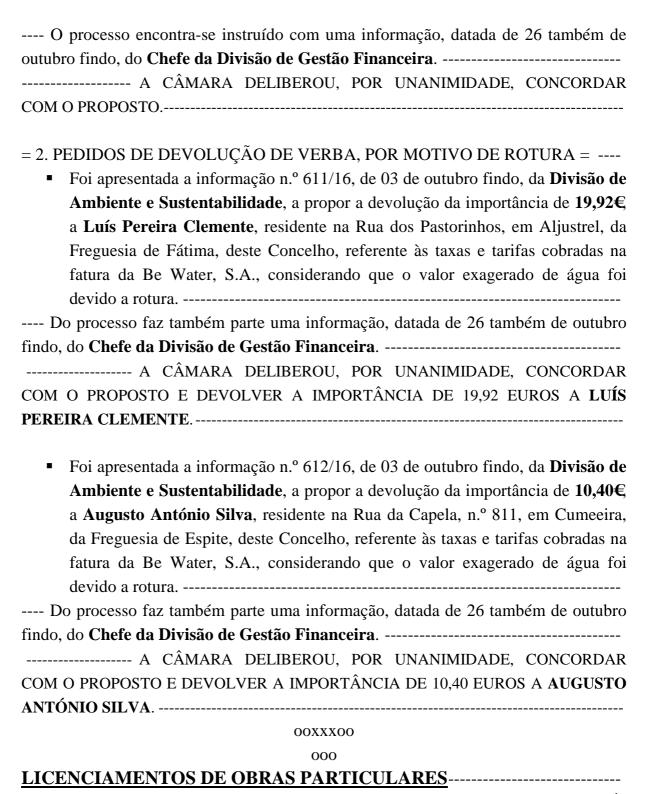






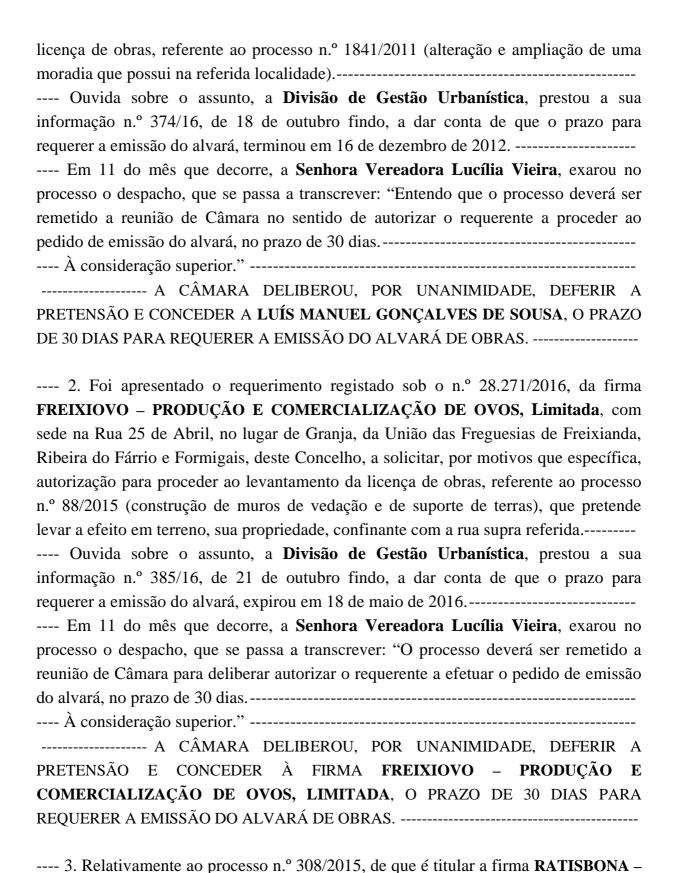






---- 1. Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 1674/2016, de **LUÍS MANUEL GONÇALVES DE SOUSA**, residente na Rua da Bousia, n.º 1, na localidade de Favacal, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho, a solicitar, por motivos que específica, autorização para proceder ao levantamento, fora de prazo, da





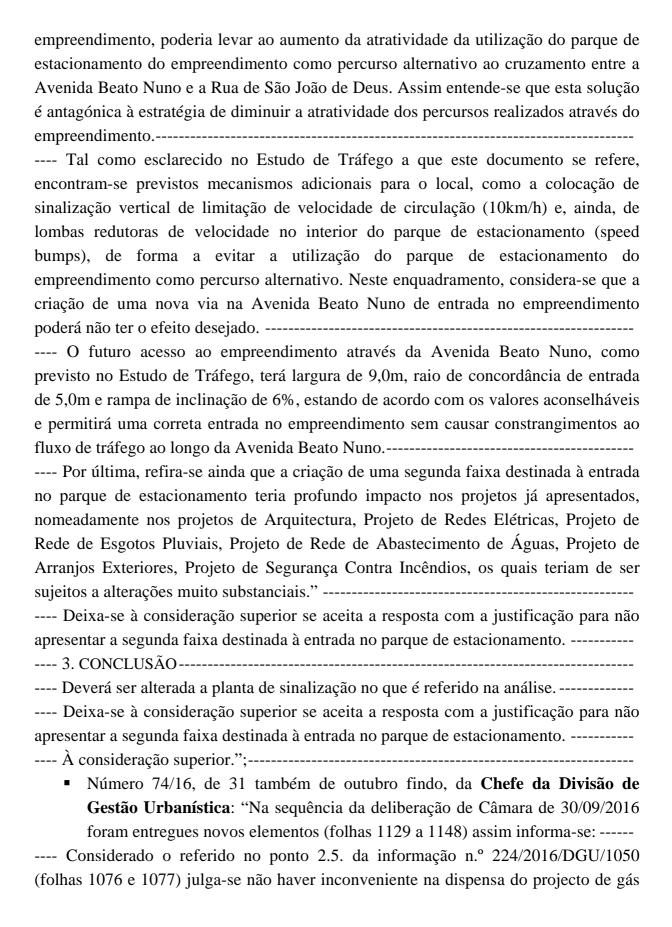
PROMOÇÕES E CONSTRUÇÕES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, Limitada, sedeada

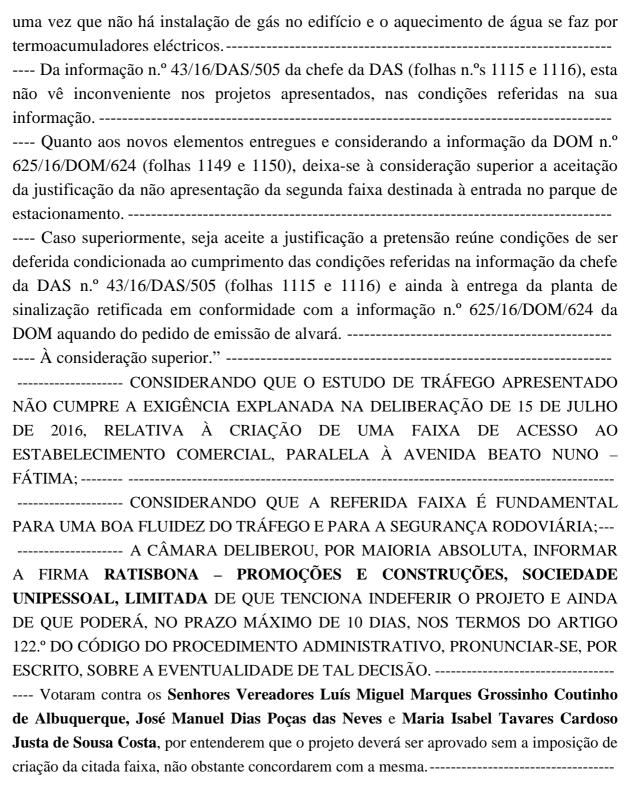


no Edifício Visconde da Luz, na Rua Carlos Ribeiro, n.º 50, 2.º andar, em Cascais, sobre a construção de edifício comercial, na Rua São João de Deus, em Fátima, deste Concelho, na reunião de 30 de setembro último, a Câmara deliberou não tomar posição até que fosse apresentado um estudo de tráfego atualizado, que incorporasse as preocupações manifestadas na deliberação tomada em reunião de 15 de julho de 2016. ---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com as informações, que a seguir se especificam e se transcrevem:-----■ Número 625/16, de 26 de outubro findo, da **Divisão de Obras Municipais** – Mobilidade e Trânsito: "1. INTRODUÇÃO---------- É solicitado pela DGU informação sobre os elementos entregues no pedido da Ratisbona Promoções e construções, Lda. --------- 2. ANÁLISE ---------- Relativamente ao referido na informação 505/16/DOM/624, foram corrigidas algumas situações. --------- É proposta a colocação de 2 lombas redutoras de velocidade no parque de estacionamento para dissuadir a utilização do parque de estacionamento como percurso alternativo. --------- No entanto quanto à planta de sinalização não foram corrigidos os sinais a colocar nos lugares para utentes de mobilidade reduzida, que deverá ser o sinal de parque, H1a, com painel adicional modelo 11d. --------- De referir que a proposta apresentada em reunião de Câmara para criação de via de acesso não foi seguida, apresentando a seguinte resposta (ver página 1143 e 1144): -------- "A baixa geração de tráfego do empreendimento, estimada em 23 veículos a entrar na HPTDU no acesso em questão, não irá prejudicar o normal fluxo de tráfego ao longo da Avenida Beato Nuno, uma vez que não haverá movimentos de conflito que impeçam ou atrasem a entrada no empreendimento, tratando-se assim de um movimento divergente e não convergente. --------- Nesse sentido, o tráfego gerado pelo empreendimento não condicionará o comprimento das filas de espera no cruzamento semaforizado na Avenida Beato Nuno, no sentido Sul/Norte (os volumes de tráfego serão iguais), dado que a entrada no empreendimento localizar-se-á à maior distância possível do gaveto. Do mesmo modo, a fila de espera no semáforo não irá condicionar a livre entrada dos veículos no parque de estacionamento, visto que, em condições normais (fora dos períodos de procura máxima), a fila de espera não chegará ao acesso em questão.-------- Considera-se ainda que a criação de uma nova pista na Avenida Beato Nuno,

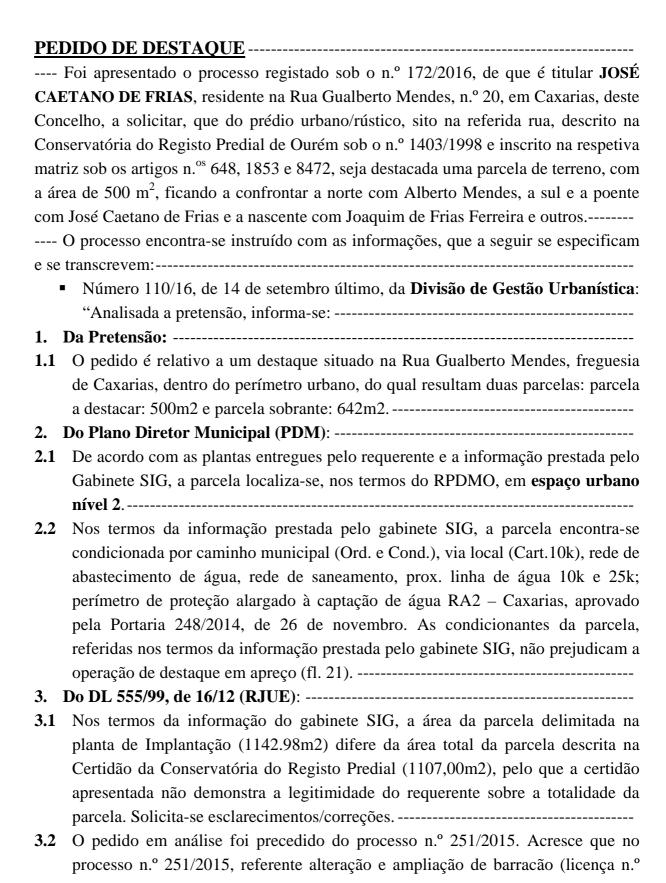
sentido Sul/Norte, destinada à entrada no parque de estacionamento do



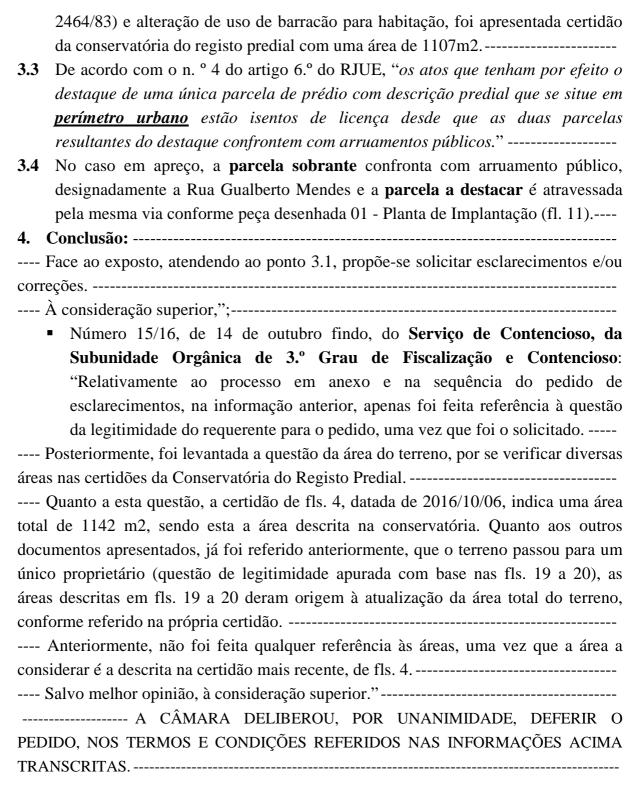














LOTEAMENTO URBANO -----

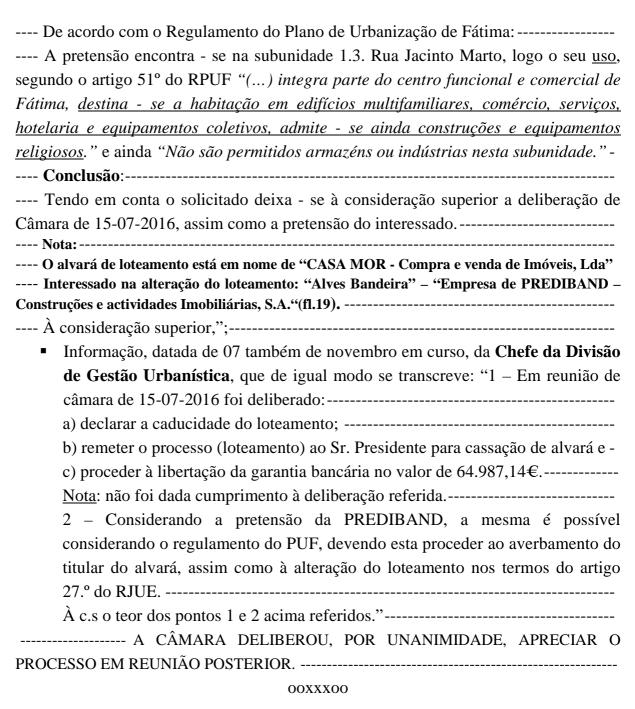
---- Relativamente ao requerimento registado sob o n.º 1088/2013, da firma CASA MOR – Compra e Venda de Imóveis, Limitada, com sede em Quinta da Sardinha, da Freguesia de Santa Catarina da Serra, do Concelho de Leiria, referente ao pedido de prorrogação de prazo, por seis meses, para início das obras de urbanização referentes ao processo n.º 1537/2011, correspondente ao aditamento n.º 6 ao alvará de loteamento n.º 3/2008, sito na Travessa Jacinta Marto, em Cova da Iria, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, na reunião de 15 de julho último, a Câmara deliberou declarar, nos termos do n.º 5, do artigo 71.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, a caducidade do alvará de loteamento n.º 3/2008 e remeter o presente processo ao **Senhor Presidente**, nos termos e para os efeitos do n.º 1, do artigo 79.º do diploma supra referido, para proferir despacho de cassação do já referido alvará de loteamento, com comunicação à Conservatória do Registo Predial de Ourém, nos termos do n.º 2, do mesmo artigo. -------- Mais foi deliberado proceder à libertação da garantia bancária n.º 395/2010-s, do valor de 64.987,14 euros. --------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com os documentos que se passam a especificar: -----

- Informação n.º 30/16, de 07 de novembro em curso, da Divisão de Gestão Urbanística, que se passa a transcrever: "Análise Técnica -------

---- A empresa Alves Bandeira pretende levar a cabo um lar de Idosos sito na Travessa Jacinto Marto, freguesia de Fátima. -----

- ---- De acordo com o alvará de loteamento 3/2008 a finalidade do lote 1 e lote 2 é de habitação e comércio. -----



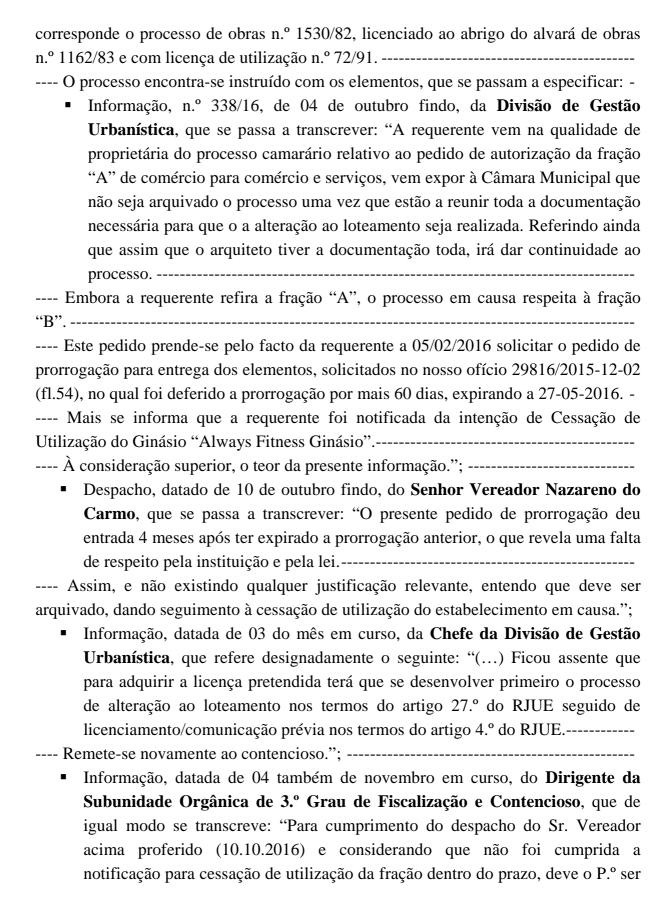


000

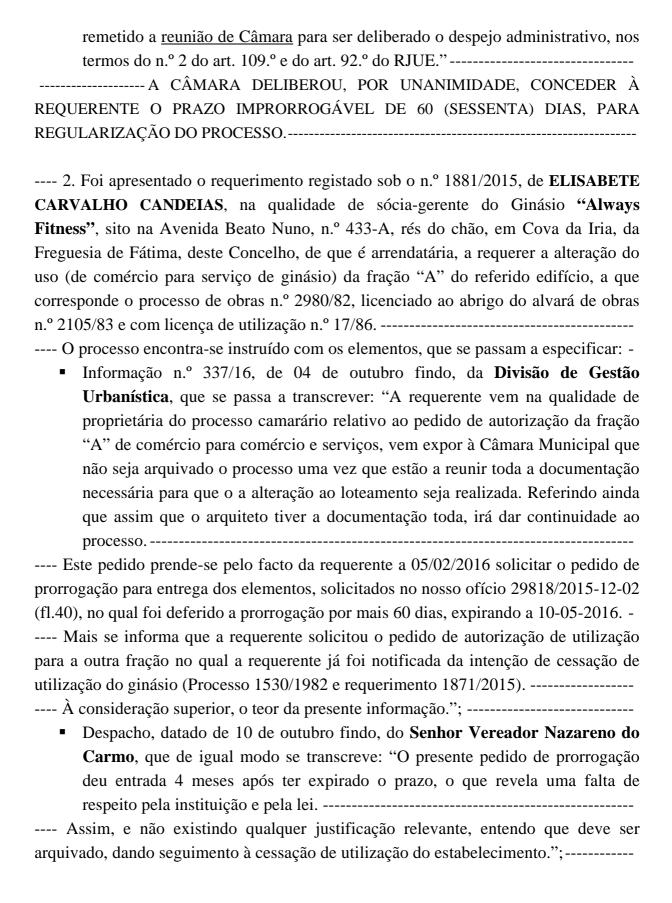
PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO -----

---- 1. Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 1871/2015, de **ELISABETE CARVALHO CANDEIAS**, na qualidade de sócia-gerente do Ginásio "**Always Fitness**", sito na Avenida Beato Nuno, n.º 431-B, rés do chão, em Cova da Iria, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, de que é arrendatária, a requerer a alteração do uso (de comércio para serviço de ginásio) da fração "B" daquele edifício, a que











■ Informação, datada de 03 do mês em curso, da **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, que refere designadamente o seguinte: "(...) Ficou assente que para adquirir a licença pretendida terá que se desenvolver primeiro o processo de alteração ao loteamento nos termos do artigo 27.° do RJUE, seguido de licenciamento/comunicação prévia nos termos do artigo 4.° do RJUE.------

---- Remete-se novamente ao contencioso."; -----

------A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCEDER À REQUERENTE O PRAZO IMPRORROGÁVEL DE 60 (SESSENTA) DIAS, PARA REGULARIZAÇÃO DO PROCESSO.------

OOXXXOO

000

<u>ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – ANO LETIVO</u> 2016/2017------



tendo sido assinados os protocolos a 21 de setembro 2016 e com efeitos a partir de 1 de setembro 2016. -----

---- As Atividades de Enriquecimento Curricular implementadas para este ano letivo são as descritas nas tabelas 1, 2, 3, onde se indica a sua tipologia e carga horária: -----

Tabela 1: Agrupamento de Escolas Cón. Dr. Manuel Lopes Perdigão - Caxarias-----

Domínio	Designação da AEC	Duração semanal (em minutos)
Alunos do 1.º e 2.º ano		
Línguas Estrangeiras	Ensino do Inglês	60+60
Desportivo	Atividade Física e Desportiva	60
Artístico	Ensino da Música	60
Artístico	Atividades de Animação Sócio-cultural	60
Alunos do 3.º e 4.º ano		
Desportivo	Atividade Física e Desportiva	60
Artístico	Ensino da Música	60
Artístico	Atividades de Animação Sócio-cultural	60

Tabela 2: Agrupamento de Escolas Conde de Ourém------

Domínio	Designação da AEC	Duração semanal (em minutos)			
Alunos do 1.º e 2.º ano					
Línguas Estrangeiras	inguas Estrangeiras Ensino do Inglês				
Desportivo	Atividade Física e Desportiva	60 + 60			
Artístico	Ensino da Música	60			
Artístico	Atividades de Animação Sócio-cultural	60			
Alunos do 3.º e 4.º ano					
Desportivo	Atividade Física e Desportiva	60			
Artístico	Ensino da Música	60			
Artístico	Atividades de Animação Sócio-cultural	60			

Tabela 3: Agrupamento de Escolas de Ourém------

Domínio Domínio	Domínio Designação da AEC						
		(em minutos)					
Alunos do 1.º e 2.º ano							
Desportivo	Atividade Física e Desportiva	60 + 60					
Artístico	Ensino da Música	60					
Artístico	Atividades de Animação Sócio-cultural	60 + 60					
Alunos do 3.º e 4.º ano							
Desportivo	Atividade Física e Desportiva	60					
Artístico	Ensino da Música	60					
Artístico	Atividades de Animação Sócio-cultural	60					
Casos especiais							
Alunos do 3.º e 4.º ano dos	Centro Escolar de Cova de Iria, Centro Escolar Beato						
Nuno							
Desportivo	Atividade Física e Desportiva	60					
Artístico	Ensino da Música	60					
Tecnológico ou Artístico	Tecnologias da Informação	60					
	Atividades de Animação Sócio-cultural						
Alunos do 3.º ano da EB1 de Vale Travesso							
Desportivo	Atividade Física e Desportiva	60 + 60					



Artístico	Ensino da Música	60				
Alunos do 3.º e 4.º ano do Cent						
Desportivo	Atividade Física e Desportiva	60				
Artístico	Ensino da Música	60				
Tecnológico ou Artístico	Tecnologias da Informação ou Atividades de	60				
	Animação Sócio-cultural					
Alunos do 1.º e 2.º ano da EB1	de Pisão - Matas					
Desportivo	Atividade Física e Desportiva	60+60				
Artístico	Ensino da Música	60				
Artístico	Atividades de Animação Sócio-cultural	60				
Alunos do 3.º e 4.º ano das EB1 de Pisão – Matas e de Gondemaria						
Desportivo	Atividade Física e Desportiva	60				
Artístico	Ensino da Música	60				

---- Após tratamento dos dados fornecidos pelos Agrupamentos de Escolas, apuramos a distribuição das turmas por atividade de enriquecimento curricular conforme se descreve na tabela 4: ------

Tabela 4: Número de turmas por Atividades de Enriquecimento Curricular e Agrupamentos de Escolas -

			Atividades de Enriquecimento Curricular							
Agrupamentos de Escolas	Total de Turmas AEC	Território Educativo	Inglês (120 minutos)	Inglês (60 minutos)	A.Física (120 minutos)	A.Física (60 minutos)	Música (60 minutos)	Animação (120 minutos)	Animação (60 minutos)	TIC
Agrupamento de Escolas Cón. Dr. Manuel Lopes Perdigão - Caxarias	11	Caxarias	8	0		11	11		11	
Agrupamento de Escolas Conde de Ourém	24	Ourém	0	14	14	10	24		24	
		Fátima			14	14	28	13	9	6
Agrupamento de Escolas de Ourém	44	Ourém			6	5	11	5	4	1
		Freixianda			2	3	5		5	2
Total	79		8	14	36	43	79	18	53	9
		Total	2	2	7	9	79	71		9

- Insignare, Associação de Ensino e Formação (Ensino do Inglês, Atividade Física e Desportiva e Animação Sócio-Cultural),-----
- Conservatório de Música de Ourém e Fátima (Ensino da Música), ------
- Ourearte, Escolas de Música e Artes de Ourém (Ensino da Música).-----



Tabela 5: Síntese da análise com indicação dos valores necessários ao enquadramento orçamental atual --

		imativa o 15-07-2016)	Novo Plano Pagamento		Diferença		Reforço cabimentos		Descabimentar	
ENTIDADE	MENSAL	ANUAL	MENSAL	ANUAL	MENSAL	ANUAL	Montante 2016	Montante 2017	Montante 2016	Montante 2017
INSIGNARE	17.922,22 €	161.300,00 €	15.72,78 €	141.550,00 €	-2.194,44 €	-19.750,00 €			- 6.583,33 €	-13.166,67 €
OUREARTE	2.644,44 €	23.800,00 €	2722,22 €	24.500,00 €	77,78 €	700,00 €	233,33 €	466,67 €		
CONSERVATÓRIO	2.644,44 €	23.800,00 €	3.033,33 €	27.300,00 €	388,89 €	3.500,00 €	1.166,67 €	2.333,33 €		
TOTAIS	23.211,11 €	208.900,00 €	21.483,33 €	193.350,00 €			1.400,00 €	2.800,00 €	- 6.583,33 €	-13.166,67 €

---- Procedemos igualmente ao cálculo das receitas expectáveis por parte do Ministério da Educação, face aos montantes previstas na Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de Agosto. -----

---- Assim, o montante estimado das receitas é o previsto na tabela 6, designadamente:

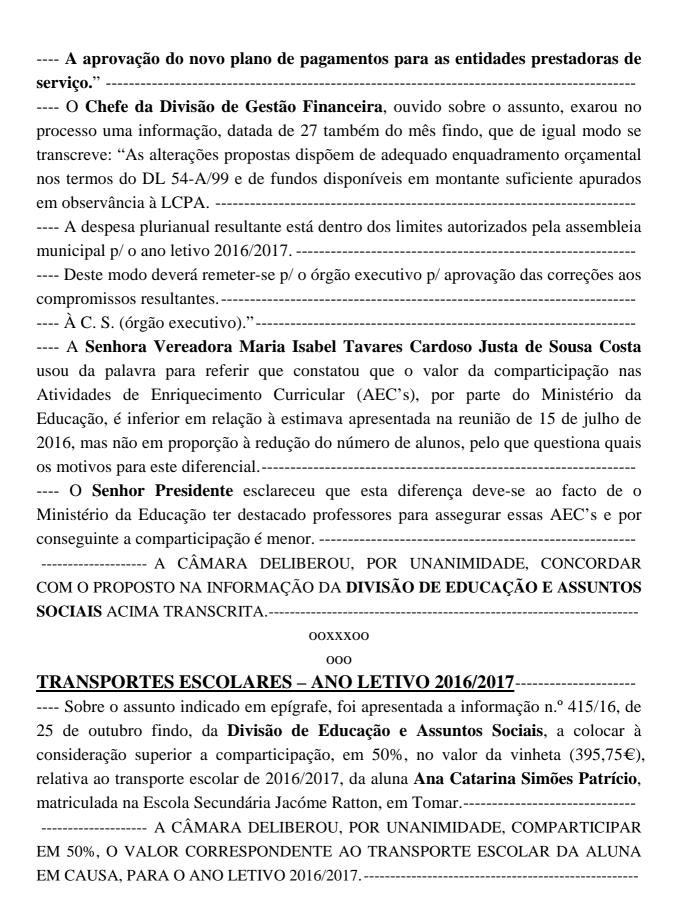
Tabela 6: Estimativa da receita------

Agrupamentos de Escolas	1.º ano	2.º ano	Total alunos	150,00 €	1.º ano	2.º ano	Total alunos	90,00 €	
Agrupamento de Escolas de Ourém	207	169	376	56.400,00 €	237	224	461	41.490,00 €	Valor total da
Agrupamento de Escolas Cón. Dr. Manuel Lopes Perdigão - Caxarias	40	51	91	13.650,00 €	42	43	85	7.650,00 €	receita
Agrupamento de Escolas Conde de Ourém	128	139	267	40.050,00 €	106	119	225	20.250,00 €	
Total	375	359	734	110.100,00 €	385	386	771	69.390,00 €	179.490,00 €

---- Deste modo, face aos elementos de que dispomos o Município terá que assumir do orçamento próprio o montante de 13.860,00€, valor mão financiado. ------

---- Face ao exposto, coloca-se à consideração de V.ª Ex.ª:-----

- a) O reforço do montante cabimentado para o Conservatório de Música de Ourém e Fátima em 3.500,00€;------
- b) O reforço do montante cabimentado para a Ourearte, Escola de Música e Artes de Ourém em 700,00€,------
- c) A redução e o descabimento da verba destinada à Insignare, Associação de Ensino e Formação num montante de 19.750,00€.-----





ooxxxoo

000

SERVIÇO PUBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS
= PROPOSTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS =
A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com sede no Convento de S.
Francisco, na Cidade de Tomar, remeteu (através de carta registada sob o n.º
26.430/2016), para efeitos de aprovação por parte desta Autarquia, proposta de texto
de contrato interadministrativo de delegação de competências do serviço público de
transporte de passageiros, que foi aprovada em reunião do seu Conselho
Intermunicipal, realizada a 30 de setembro transato
Ouvida sobre o assunto, a Divisão de Educação e Assuntos Sociais prestou a
informação n.º 429/16, de 28 de outubro findo, que a seguir se reproduz na íntegra: "1-
INTRODUÇÃO
Recebemos, em 3-10-2016, uma comunicação da Comunidade Intermunicipal do
Médio Tejo (CIMT) com a minuta de contrato interadministrativo de delegação de
competências, com a redação revista em função dos ajustes solicitados pelo IMT, a
qual foi alvo de avaliação por parte dos serviços jurídicos do Instituto da Mobilidade e
dos Transportes, IP (IMT) e aprovação por parte do Conselho Intermunicipal de 30-
09-2016 (SGD 26430/2016), de modo a que possa ser aprovada pelo Executivo
Camarário e remetida para análise da Assembleia Municipal (anexo I)
Analisada toda a documentação enviada, em conjunto com o Técnico do Sector de
Mobilidade e Trânsito da Divisão de Obras Municipais, somos a remeter o
enquadramento das alterações jurídicas aprovadas em matéria de Transportes Públicos
em cumprimento da regulamentação camarária, uma descrição das responsabilidades
afetas às autarquias e as competências que se pretende delegar, um resumo da
realidade do Concelho de Ourém em matéria de transporte, a estratégia da CIMT neste
âmbito e por fim a análise da minuta do contrato interadministrativo em apreço
O contrato interadministrativo proposto visa delegar na Comunidade
Intermunicipal do Médio Tejo as competências atribuídas aos Municípios no âmbito
da aplicação do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros
(RJSPTP) aprovado pela Lei n.º 52/2015 de 9 de Junho
A minuta acima mencionada vem substituir a que foi proposta em 06-06-2017
(SGD 16187/2016 – Anexo II) a qual foi alvo de avaliação pelos serviços jurídicos do
Município
2- ENQUADRAMENTO



- Os Municípios são as autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros que se desenvolvem maioritariamente dentro do território do município;------

---- A estas Autoridades acresce ainda a Autoridade de Mobilidade e Transportes (AMT), responsável pela regulação económica, supervisão e fiscalização do mercado e o Instituto de Mobilidade e Transportes (IMT), responsável pela regulamentação técnica, licenciamento e fiscalização da atividade. ------



---- No âmbito da implementação do RJSPTP está previsto a transição do processo de forma faseada, designadamente:-----

- a) Primeira fase (até 30 de junho de 2016, prazo inicial prorrogado até 31 dezembro de 2016) pela: -----
 - Organização e criação das autoridades transportes (assunção de competências e formas de articulação entre si), ------
 - Capacitação em termos técnicos e organizacionais,-----
 - Validação da informação prestada pelos operadores sobre a oferta disponível,-----
 - Emissão das autorizações provisórias que garantam a manutenção da exploração dos serviços de transporte público sem ruturas para o sistema.

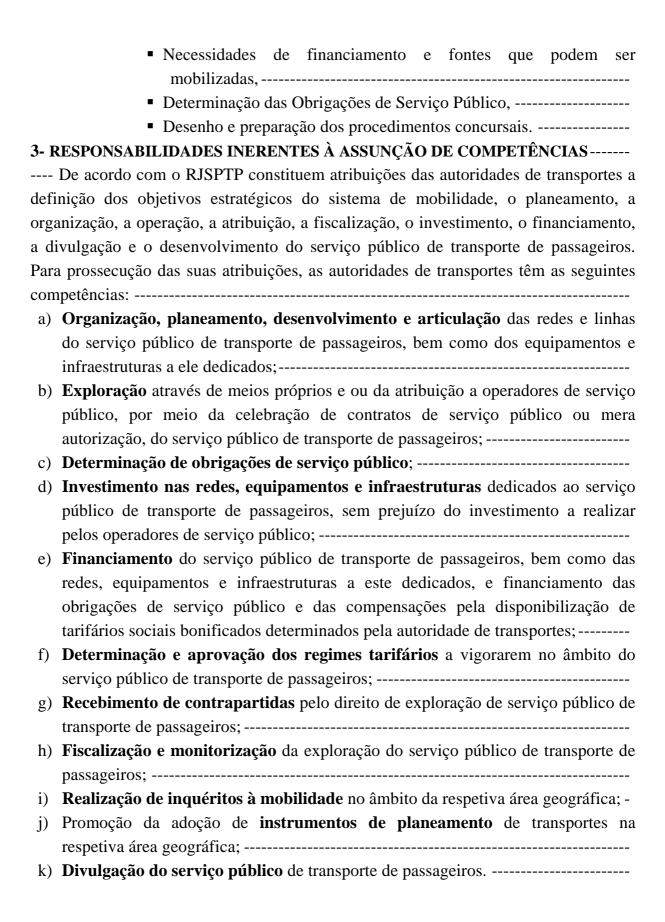


Principais passos para a implementação do RJSPTP (1ª fase)

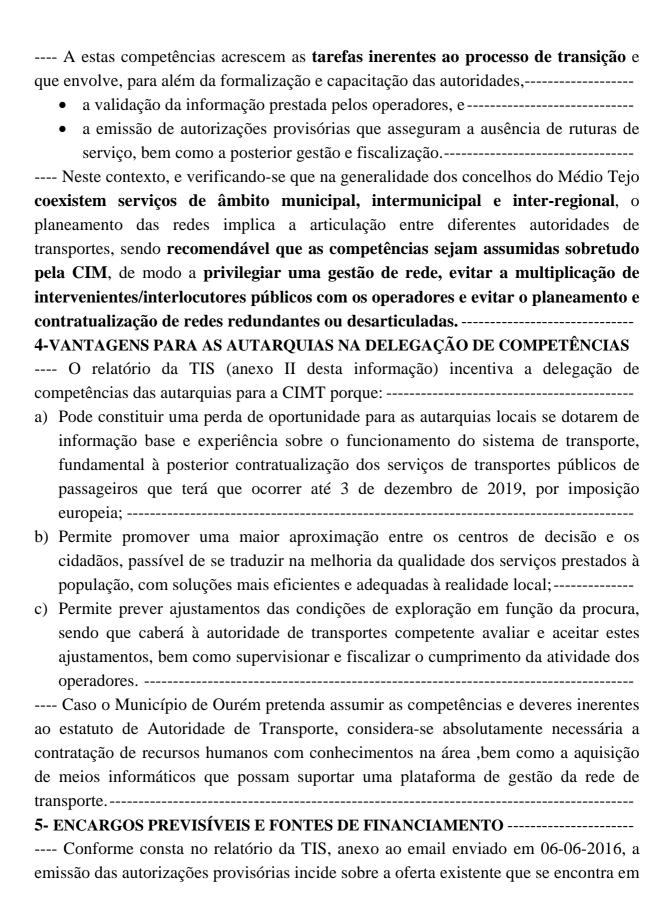
- b) Segunda fase (até ao limite de 3 de dezembro de 2019) as autoridades de transportes deverão assegurar:-----

 - A avaliação e aprovação de eventuais necessidades de ajuste da oferta; e
 - O desenvolvimento dos estudos de base que fundamentem a definição e contratualização dos serviços de transportes pretendidos para a região, designadamente em termos de: ------
 - Planeamento e Organização da rede,-----
 - Regime Tarifário, ------











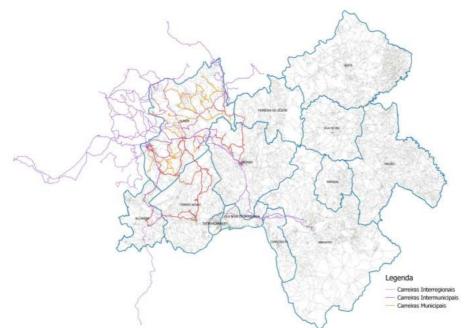
exploração efetiva, a qual, no caso do território da CIMT, não dispõe de compensações
financeiras à exploração por parte do Estado
No entanto, está previsto que, até à contratualização de novos serviços, os
encargos decorrentes da assunção das suas competências incidem sobre as necessidade
de capacitação operacional das Autoridades de Transportes. Na lei está previsto um
financiamento para este efeito de 3 milhões de euros a repartir em partes iguais pelos
municípios e CIM não integrados em Áreas Metropolitanas e a constituição de um
Fundo para o Serviço Público de Transportes
Poderão, ainda, constituir receitas das autoridades de transporte, já nesta fase de
implementação do RJSPTP, a cobrança de taxas de emissão e gestão associadas à
emissão de autorizações provisórias, bem como o seu acompanhamento e fiscalização,
nos termos a aprovar por portaria conjunta dos membros do governo responsáveis
pelas áreas das finanças e dos transportes (artº 52º do RJSPTP)
Existem ainda outras fontes possíveis de financiamento previstas no artº 11º do
RJSPTP, designadamente:
• Receitas tarifárias geradas pelo serviço público de transporte de passageiros,
quando constituam receitas próprias das autoridades de transportes;

- Receitas próprias provenientes da venda de cartões de suporte, nos termos definidos pela respetiva autoridade de transportes;-----
- Receitas de outras atividades, designadamente de estacionamento;-----
- Receitas decorrentes de taxas cobradas como contrapartida do exercício das funções de organização, supervisão, fiscalização e prestação de serviços relativos ao sistema de transportes públicos de passageiros de âmbito municipal, intermunicipal e inter-regional, bem como destinadas à manutenção e desenvolvimento dos sistemas de transportes públicos de passageiros; ------
- Afetação de parte das receitas de contribuições já existentes, nos termos da legislação aplicável;-----
- Receitas provenientes de comparticipação nas mais-valias e externalidades positivas atribuíveis ao sistema de transportes e que beneficiem outros setores;
- Receitas de exploração comercial e publicidade nos serviços públicos de transporte de passageiros; ------
- Receitas de contrapartidas financeiras pelo direito de exploração de serviços públicos de transporte de passageiros;-----
- Outras receitas decorrentes da eventual operação de serviços intermediários, designadamente de canais de venda ou serviços conexos;-----



6- A REDE DE TRANSPORTES NO CONCELHO DE OURÉM -----

---- Ourém é um dos concelhos, juntamente com Abrantes e Sertã, que apresenta mais



carreiras municipais e possui 22 carreiras de âmbito interregionais que abrangem 2 Comunidades Intermunicipais (nomeadamente com a Região de Leiria e a CIM do Oeste).

---- No que se refere aos transportes escolares, informa-se que os mesmos são assegurados do seguinte modo: -----



- c) Através de protocolos celebrados com as Juntas de Freguesias e IPSS para alguns alunos do Pré-Escolar e 1.º Ciclo (nomeadamente na EB1 de Atouguia, no JI de Atouguia, na EB1 de Espite e na EB1 de Cercal. ------

---- No relatório da TIS, a distribuição da oferta encontra-se sintetizada na tabela 4 (página 21) que abaixo se reproduz. -----

Município	Serviços / Carreira que Permanecem sob a Autoridade Municipal		Serviços / Carreiras Municipal a Delegar na CIM		Carreiras da Competênci a Base da CIMT	Carrei com (Total de carreiras				
						Médio	Região de Leiria	Leziria do Teio	Beira Baba	A Definir	
Abrantes		TUrbanos	8	10*	18	3	- 3	1	- 23	2	34
Alcanena	W 9	THE STATE OF THE S	ક	300011	8	7	1	5	ij	4	25
Constância	promovidos Nunicio			1	3	1	- 8	1	- 8	1	7
Entroncamento	8 8	TUrbanos	Pedido		7			1	- 0		8
Ferreira do Zêzere	NO O	2	The state of the s	8	12	4	1		- 8	3	28
Mação			Tejo	4	4	3			3		14
Ourém	escolares lizados pe	7	Transportes Médio Tej	29	12	6	20	8	3	2	69
Sardoal	000		Médio	2	9		-		-		11
Sertã		<u> </u>	E ~	13	4	7	- 3		4	8	36
Tomar	a te	TUrbanos	8	9	25	6	- 3	3	- 23	5	45
Torres Novas	Spo	TUrbanos	Serviços	8	21	8	1	5	10	6	49
Vila de Rei****	Fransportes ou contratus	T. Municipio	Se	3	5	1	- 8		1	1	11
Vila Nova da Barquinha	FB		10000		7	1				1	9
Total Carreiras**		35	8	87*	57	30	22	9	6	14	225*

Tabela 4 - Oferta de Serviços por concelho e Autoridade de Transportes sugerida

---- Da tabela, sobressai o facto de o Município de Ourém ser o que poderá delegar o maior número de carreiras, uma vez que as carreiras de âmbito municipal representam 42% da oferta total.-----

7- ESTRATÉGIA ADOTADA PELA CIMT -----

---- No âmbito do **regime transitório** previsto para a implementação deste Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, **o primeiro passo, delineado na estratégia da CIMT, será a definição do âmbito de competências e formas de articulação** entre autoridades de transporte (CIM e Municípios), **que**

^{* -} Retiram-se as 3 linhas dos Transportes Urbanos de Abrantes que se encontram carregadas no SIGGESC

O Total não corresponde à soma das carreiras porque há carreiras que servem mais do que 1 município

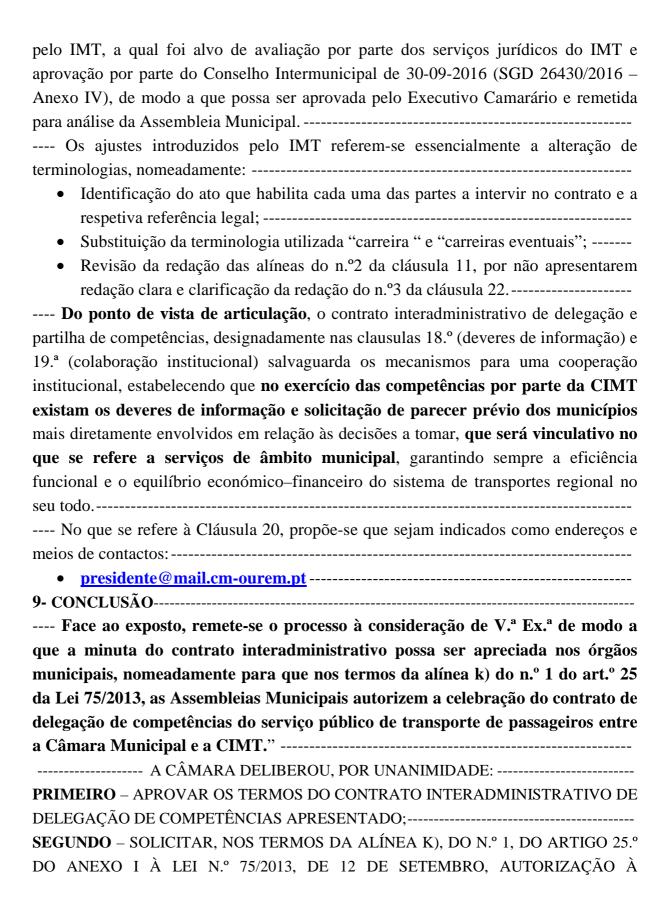
^{*** -} Corresponde às carreiras que servem mais de 2 CIMs, incluído também a carreira Casal da Estrada - Proença-a-Nova

^{****} Uma vez que se propõe que Vila de Rei se constituía como Autoridade de Transportes competente em relação aos serviços que opera por meios próprios, pode não fazer sentido considerar a delegação de competências das carreiras de âmbito municipal na CIMT

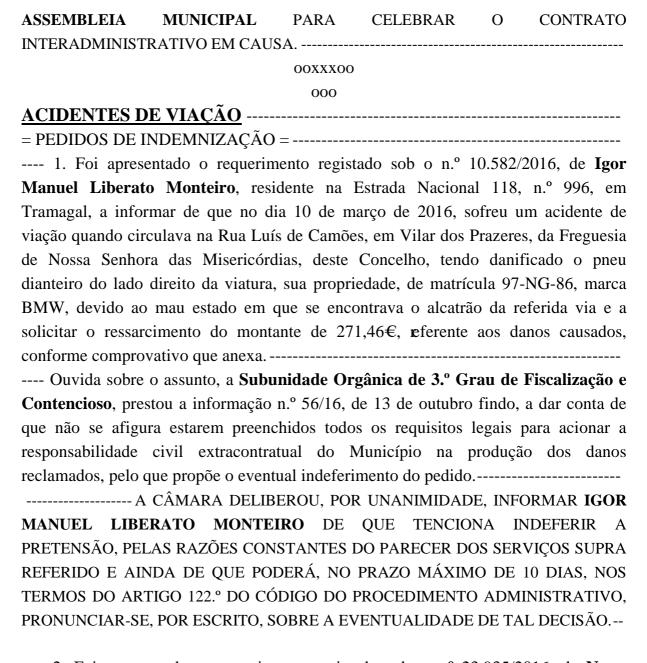


devem ser formalizadas através de contratos interadministrativos que serão depois
comunicados ao IMT para a efetiva assunção das competências de autoridade de
transportes inerentes à aplicação do RJSPTP
Assim, foi desenvolvido ao nível da CIMT um trabalho técnico / proposta de
organização de competências entre CIMT e Municípios para o exercício das funções
de autoridade de transportes no Médio Tejo, a qual foi aprovada na reunião do
Conselho Intermunicipal de 03.06.2016
A estratégia de intervenção proposta (aprovada na CIMT) prevê:
a) A delegação de competência dos municípios na CIMT relativamente aos
serviços de transporte de âmbito municipal (a delegação de competências
refere-se a carreiras públicas, o que não inclui os serviços contratados
especificamente para o transporte escolar);
b) A delegação de competências na CIMT no que se refere aos serviços
municipais de transporte a pedido;
c) A não abrangência de alguns serviços de transportes urbanos, nomeadamente
em Abrantes, Tomar, Torres Novas e Vila de Rei;
d) A não abrangência dos serviços de transportes escolares prestados ou
contratualizados pelos municípios, devendo a CIMT ser informada sobre os
serviços a promover;
e) A assunção das competências da CIMT relativas às carreiras e serviços de âmbito intermunicipal;
f) A articulação com outras CIM para a repartição de competências referentes às
carreiras inter-regionais
8- CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS
Foi recebida em 06-06-2016 a primeira versão do contrato interadministrativo de
delegação e partilha de competências, a qual foi alvo de avaliação pelos serviços
jurídicos do Município no que se refere à delegação de competências do Município
Conforme a informação da Unidade Orgânica de Fiscalização e Contencioso,
exarada no documento SGD 16187/2016, a "minuta proposta de contrato
interadministrativo está em conformidade com os preceitos legais aplicáveis previstos
na Lei n.º 75/2012. Relativamente ao seu conteúdo e objeto, nomeadamente o impacto
financeiro eventual repercussão no Município de Ourém, sugere-se que a DGF se
pronuncie."
Recebemos, posteriormente, uma nova minuta de contrato interadministrativo de
delegação de competências com a redação revista em função dos ajustes solicitados



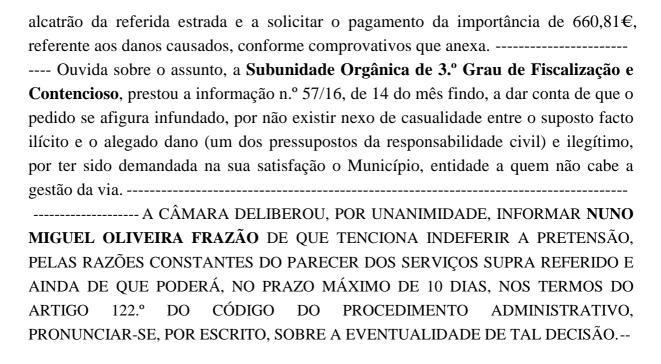






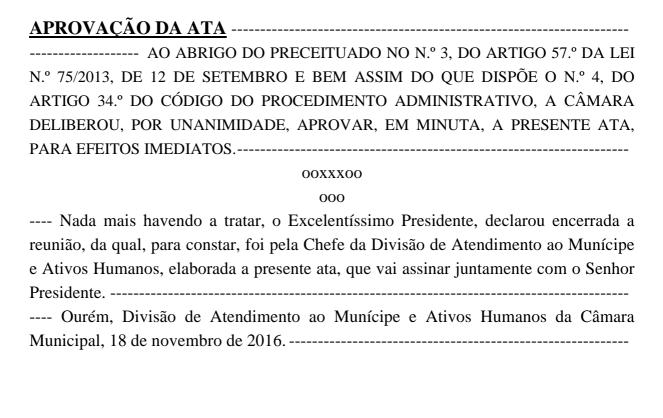
---- 2. Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 23.935/2016, de **Nuno Miguel Oliveira Frazão**, residente na Rua Principal, n.º 35, em Boieiro, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, deste Concelho, a informar de que no dia 16 de agosto de 2016, sofreu um acidente de viação quando circulava na Estrada Nacional 356, na localidade de Rio de Couros (sentido Freixianda/Ourém), da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, deste Concelho, tendo danificado um pneu e jante e ainda o braço de suspensão da viatura, sua propriedade, de matrícula 86-HX-52, marca Citroën, modelo C5, devido ao mau estado em que se encontrava o





---- 3. Na presença do requerimento registado sob o n.º 14.347/2016, de Luís Filipe Lourenço Bento, residente na Rua Luís Vaz de Camões, n.º 56, em Matos, da União das Freguesias de Areias e Pias, do Concelho de Ferreira do Zêzere, a solicitar indemnização pelos prejuízos causados na viatura de matrícula 74-45-PP, marca Volkswagem, modelo Golf, resultantes do acidente de viação ocorrido no dia 25 de abril transato, na Rua P.e Raimundo dos Anjos Beirão (sentido Fátima/S. Mamede), em Fátima, deste Concelho e em face da informação n.º 32/16, de 22 de agosto último, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso, na reunião de 02 de setembro de 2016, a Câmara deliberou informar o requerente de que tencionava indeferir o pedido e ainda de que poderia, no prazo máximo de 10 dias, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, pronunciar-se, por escrito, sobre a eventualidade de tal decisão. ---------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo instruído com uma informação, datada de 31 do mês findo, do **Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º** Grau de Fiscalização e Contencioso, a dar conta de que o requerente não se pronunciou dentro do prazo estabelecido para o efeito. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, INDEFERIR O





O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS.



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 18/11/2016

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

1.2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

= Rally Vila Medieval de Ourém – Informação n.º 42/16, de 15 de novembro em curso, do Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência.

1.3. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Autorização prévia para ações de (re)arborização:
 - 1. Carta registada sob o n.º 30.449/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de António Faria Alves dos Santos;
 - 2. Carta registada sob o n.º 30.450/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Vítor Manuel Pereira de Oliveira;
 - 3. Carta registada sob o n.º 30.451/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Fernando Gonçalves Melo.

2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS

2.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

- = Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico Plano de Atividades e Orçamento 2017 Carta enviada por correio eletrónico no dia 17 de outubro findo, pela associação;
- = Ampliação do número de compartes Requerimento registado sob o n.º 28.146/2016, de António Nunes Coelho, sobre prédio sito em Lagoa da Carreira Freguesia de Fátima.

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Empréstimo de curto prazo (Tesouraria) 2017 Abertura de propostas;
- = Instalação de relvados sintéticos Adendas aos contratos-programa de desenvolvimento desportivo:
 - 1. Grupo Desportivo e Cultural de Seiça Informação n.º 104/16, datada de 09 de novembro em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
 - 2. Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Vasco da Gama Informação n.º 105/16, de 09 do corrente mês, do Chefe da DGF;
- = Manutenção de parques, jardins e outros espaços verdes na União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais Proposta de protocolo Informação n.º 107/16, de 14 de novembro em curso, do Chefe da DGF;



- = Adaptação da "antiga escola" de Formigais em Centro de Apoio a Idosos Proposta de protocolo Informação n.º 108/16, de 14 de novembro em curso, do Chefe da DGF;
- = Recuperação do Edifício Sede da Associação de Cultura e Recreio de Outeiro das Matas Proposta de protocolo Informação n.º 109/16, de 15 de novembro em curso, do Chefe da DGF:
- = Beneficiação de anexos da Capela de Perucha, com colocação de portões Proposta de protocolo Informação n.º 110/16, de 15 do corrente mês, do Chefe da DGF.

3.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = Prestação de Serviços de Medicina no Trabalho para os anos 2016 e 2017 Informação n.º 291/16, de 08 de novembro em curso, da Contratação Pública e Aprovisionamento (CPA);
- = Beneficiação de estradas na União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais (Estrada da Amenta, Rua do Outeiro, Rua da Cavadinha, Rua da Bemposta, Rua dos Jaulinos e Travessa Alves) Informação n.º 300/16, de 14 do corrente mês, da CPA;
- = Requalificação Urbana da Avenida D. Nuno Álvares Pereira Nossa Senhora da Piedade Ourém:
 - 1. Ata n.º 1/2016, de 03 de novembro corrente, do Júri;
 - 2. Ata n.º 2/2016, de 08 de novembro corrente, do Júri;
 - 3. Ata n.º 3/2016, de 09 de novembro corrente, do Júri;
 - 4. Ata n.º 4/2016, de 10 de novembro corrente, do Júri.

3.2. PATRIMÓNIO E NOTARIADO

= Beneficiação do edifício do Terminal Rodoviário de Ourém – Informação n.º 153/16, de 11 de novembro corrente, do Serviço de Património e Notariado.

4. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
 - 1. Inexistência de sistema (Rede de esgotos domésticos):
 - Informação n.º 509/16, de 16 de agosto de 2016, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
 - Informação n.º 645/16, de 17 de outubro findo, da DAS;
 - 2. Pedidos de devolução de verba, por motivo de rotura:
 - Informação n.º 611/16, de 03 de outubro findo, da DAS;
 - Informação n.º 612/16, de 03 de outubro findo, da DAS.

5. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Licenciamentos de obras particulares:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 1674/2016, de Luís Manuel Gonçalves de Sousa, instruído com a informação n.º 374/16, de 18 de outubro findo, da Divisão de Gestão Urbanística (DGU);
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 28.271/2016, da firma Freixiovo Produção e Comercialização de Ovos, Limitada, instruído com a informação n.º 385/16, de 21 de outubro findo, da DGU;
 - 3. Requerimento registado sob o n.º 1247/2016, da firma Ratisbona Promoções e Construções Sociedade Unipessoal, Limitada, instruído com as informações n.º 625/16, de 26 de outubro findo, da Divisão de Obras Municipais e n.º 74/16, de 31 também de outubro findo, da Chefe da DGU;
- = Pedido de destaque Processo registado sob o n.º 172/2016, de José Caetano de Frias, instruído com as informações n.º 110/16, de 14 de setembro último, da DGU e n.º 15/16, de



14 de outubro findo, do Serviço de Contencioso da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso;

- = Loteamento urbano Requerimento registado sob o n.º 684/2015, da firma Casa Mor Compra e Venda de Imóveis, Limitada, instruído com o requerimento registado sob o n.º 1350/2016, do Grupo Alves Bandeira, SGPS, S.A. e com a informação n.º 30/16, de 07 de novembro em curso, da DGU;
- = Pedidos de autorização de utilização:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 1871/2015, de Elizabete Carvalho Candeias (Always Fitness Ginásio), instruído com a informação n.º 338/16, de 04 de outubro findo, da DGU:
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 1881/2015, de Elizabete Carvalho Candeias (Always Fitness Ginásio), instruído com a informação n.º 337/16, de 04 de outubro findo, da DGU.

6. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Atividades de Enriquecimento Curricular Ano letivo 2016/2017 Informação n.º 411/16, de 19 de outubro findo, da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
- = Transportes Escolares Ano letivo 2016/2017 Informação n.º 415/16, de 25 de outubro findo, da DEAS;
- = Serviço público de transporte de passageiros Proposta de contrato interadministrativo de delegação de competências Carta registada sob o n.º 26.430/2016, da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

7. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

- = Acidentes de viação pedidos de indemnização:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 10.582/2016, de Igor Manuel Liberato Monteiro, sobre acidente ocorrido em Vilar dos Prazeres Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, no dia 10/03/2016;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 23.935/2016, de Nuno Miguel Oliveira Frazão, sobre acidente ocorrido em Rio de Couros União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, no dia 16/08/2016;
 - 3. Processo registado sob o n.º 14.347/2016, de Luís Filipe Lourenço Bento, sobre acidente ocorrido na Rua P.º Raimundo dos Anjos Beirão Freguesia de Fátima, no dia 25/04/20016.

Câmara Municipal de Ourém, 15 de novembro de 2016

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 04-11-2016 a 17-11-2016

Processo nº	Requerente	Local
140/2015	Arlindo Filipe Lopes da Silva	Estrada do Túnel, n.º 24 - Freguesia de Seiça
51/2016	Catarina Alexandra Reis Santos	Estrada Nacional n.º 349 – Lagoa do Furadouro – Freguesia de Nossa Sra. das Misericórdias
42/2016	Cátia Marisa Ferreira Pereira	Estrada de Minde – Pederneira – Freguesia de Fátima
195/2013	Centro de Bem Estar Social do Bairro	Rua Nova, Nº 61 – Bairro – Freguesia de Nossa Sra. das Misericórdias
33/2016	Cristiano Gaspar Antunes	Rua fonte do Povo, nº 32 - Mata - Freguesia de Urqueira
292/2016	Fábrica da Igreja Paroquial Freguesia N. S. Misericórdias	Lagoa do Furadouro – Freguesia de Nossa Sra. das Misericórdias
128/2015	Futurfátima – Empreendimentos Imobiliários, S.A	Rua Alto das Nogueiras n.º 47,51,55.59 e 63 – Lomba D´ Égua – Freguesia de Fátima
1506/2016	Helena Sofia Pereira da Silva	Rua D. Dinis – nº 42 – Vilar dos Prazeres – Freguesia de N.ª Sr.ª das Misericórdias
305/2015	Joaquim José de Almeida Verdasca Pereira	Rua Dr. Neves Eliseu – Ourém – Freguesia de Nossa Sra. da Piedade
1567/2016	José Carlos Melo da Costa	Rua principal nº 27 - Paiveira - Olival - da União das freguesias de Gondemaria e Olival
277/2016	Licínio Sousa Lopes	Rua Casal do Sol – Casal dos Moleiros – União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
217/2016	Manuel de Oliveira Ferreira	Estrada de Fátima – São Sebastião – Freguesia de Atouguia
305/2010	Maria do Carmo Reis Gonçalves Vieira	Largo 1.º de Maio – Regato – Freguesia de Nossa Sra. das Misericórdias
46/2013	Maria Filomena Pereira Silva	Rua dos Pastorinhos – Aljustrel – Freguesia de Fátima
177/2014	Mármores do Castelo, Lda	Laranjeiras – Freguesia de Nossa Sra. das Misericórdias
260/2015	Pascal Manuel Pereira Lopes	Rua do Mondego - Fartaria - União das Freguesias de Gondemaria e Olival
349/2015	Paulo Alexandre Godinho Lopes	Rua do Cruzeiro – Freguesia de Fátima
72/2016	Sistemas Mcdonald's Portugal Lda	Avenida Beato Nuno – Cova da Iria - Freguesia de Fátima
2956/1982	Tomé Ferreira Lopes	Estrada de Fátima, n.º 969 – Freguesia de Atouguia



309/2016	Vasco Filipe Perfeito – Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros S. A.	Rua Cónego Formigão, nº 12 - Cova da Iria Freguesia de Fátima			
1717/2016	Verdasca e Verdasca, S, A.	Rua 1º de Dezembro – Ourém – Freguesia Nª Sr. da Piedade			

Ourém, 18 de novembro de 2016

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 04/10/2016 a 17/11/2016

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento				
29689	S.H.L Sociedade Hoteleira de Fátima, Lda.	Inspeção de elevador				
29595	José Pereira da Silva	Inspeção de elevador				
29245	Tribunal da Comarca de Santarém	Inspeção de elevador				
30178	Província Portuguesa dos Padres Missionários dos Capuchinhos	Inspeção de elevador				
26566	Ourémviva, EM	Inspeção de elevador				
29303	Província Portuguesa Congregação S. José de Cluny	Inspeção de elevador				
30175	Hotel Nossa Senhora da Paz	Inspeção de elevador				
30567	Staroteis - Sociedade Hoteleira Unipessoal, Lda.	Inspeção de elevador				
30703	Condomínio do Edifício Girassol	Inspeção de elevador				
30392	Fábrica do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima	Inspeção de elevador				
30394	Fábrica do Santuário de Nª. Senhora de Fátima	Inspeção de elevador				
30396	Fábrica do Santuário de Nª Senhora de Fátima	Inspeção de elevador				
30398	Fábrica do Santuário de Nª. Senhora de Fátima	Inspeção de elevador				
30407	Fábrica do Santuário de Nª. Senhora de Fátima	Inspeção de elevador				
30400	Fábrica do Santuário de Nª. Senhora de Fátima	Inspeção de elevador				
29879	P´Escola - Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Soutaria	Licença de ruído Licença de ruído				
29985	Manuel Baptista Pereira					
30426	Centro Cultural Recreativo do Olival	Prova desportiva				
27388	Lucília Maria de Oliveira Silva Leitão	Vendedor de Mercado				



Ourém, 18 novembro de 2016

Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 48/2015, de 2015/Agosto/21)



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E
A UNIÃO DE FREGUESIAS DE FREIXIANDA, RIBEIRA DO FÁRRIO E
FORMIGAIS – "MANUTENÇÃO DE PARQUES, JARDINS E OUTROS
ESPAÇOS VERDES NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FREIXIANDA,
RIBEIRA DO FÁRRIO E FORMIGAIS"

PREÂMBULO

Considerando que:

- 1. O Município de Ourém pretende dignificar de parques, jardins e outros espaços verdes, de utilização pública existentes no concelho.
- 2. Os espaços verdes existentes muito contribuem para o bem-estar da população em geral, mas cuja manutenção e reparação exige uma intervenção constante.
- 3. A União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais é proprietária de diversos parques, jardins e outros espaços verdes.
- 4. Os municípios dispõem de atribuições quer no domínio do equipamento rural e urbano, quer na área do ambiente, de acordo com as alíneas a) e k), do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 5. As freguesias dispõem de competências próprias quer no âmbito do equipamento rural e urbano, quer na área do ambiente, de acordo com as alíneas a) e h) do n.º 2 do artigo 7.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- As receitas próprias e as verbas provenientes do Orçamento de Estado, afetas às Freguesias, são manifestamente insuficientes para a prossecução das suas atribuições.
- 7. Os municípios devem promover a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.

Pelo exposto e nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre



PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490–499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca:

е

SEGUNDO OUTORGANTE: União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 510 836 992, com sede na Rua Padre Feliciano de Oliveira nº 15 em Freixianda, representada neste ato pelo Presidente da respetiva União das Freguesias, Rui Manuel Simões Vital.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.^a (Objecto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes do manutenção de parques e jardins e outros espaços verdes existentes na União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, propriedade da mencionada Freguesia.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 47.000 euros (Quarenta e Sete Mil Euros) de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- 2. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.



CLÁUSULA 3.^a (Plano de pagamentos)

- O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos estabelecido no Anexo
 I, o qual decorrerá de dezembro de 2016 a dezembro de 2017.
- O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pagamento	o será efet	tuado por transferência bancária, para a conta ba	ncária da					
	União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, com o número o								
	identificação	bancária	, da	entidade					
	bancária		, conforme consta no	Anexo –					
	II, que faz pa	rte integran	nte do presente protocolo.						

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;



- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização da atividade objeto de apoio)

A atividade objeto de apoio será objecto de acompanhamento e fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos documentos de despesa apresentados.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.



CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.



CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	
O presente Protocolo de Colaboração compi	reende <u>7</u> folhas às quais se juntam
folhas respeitantes aos Anexos, que irão ser	rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da
folha 7, em virtude de conter as assinaturas de	os mesmos.
Celebrado aos () dias do mês de	de 2016, em dois exemplares de
igual teor e validade, destinando-se cada um d	deles aos seus Outorgantes.
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
· -	_

Rui Manuel Simões Vital

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O CENTRO SOCIAL DA RIBEIRA DO FÁRRIO – "ADAPTAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA DE FORMIGAIS EM CENTRO DE APOIO A IDOSOS"

Considerando que:

- 1. No âmbito da missão e dos objectivos do Município de Ourém na satisfação das necessidades da comunidade local, designadamente através do apoio a instituições particulares de solidariedade social, importa contribuir para a concretização de respostas sociais dirigidas às necessidades da comunidade, no caso em concreto, à problemática do envelhecimento.
- 2. Cumpre dar resposta às necessidades da população pertencente ao Município de Ourém com a concretização de acções de intervenção social de qualidade, respeitando o princípio da igualdade social, de modo a garantir uma melhor qualidade de vida aos cidadãos.
- 3. O Centro Social da Ribeira do Fárrio é uma instituição particular de solidariedade social, registada a 5 de janeiro de 1994, que ao longo dos últimos anos, tem desenvolvido uma série de atividades dirigidas aos idosos e às repetivas famílias e às crianças e jovens em perigo.
- 4. O Centro, atualmente, desenvolve várias respostas sociais, designadamente, Centro de Acolhimento Temporário, Centro de Convívio, Centro de Dia e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.
- 5. Este contrato visa apoiar, pelos meios adequados, actividades de interesse municipal de natureza social, permitindo um apoio financeiro destinado à realização de obras para a criação de equipamentos sociais, em concreto na adaptação da Antiga Escola de Formigais em Centro de Dia de Apoio a Idosos.
- 6. O edifício em referência integra o património municipal, encontrando-se cedida a sua utilização ao Centro Social da Ribeira do Fárrio.



7. Os municípios dispõem de atribuições no domínio da associação social, de acordo com a alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respectiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;

е

SEGUNDO OUTORGANTE: Centro Social de Ribeira do Fárrio, pessoa coletiva com o NIPC 503 089 915, com sede na Rua Padre João Pereira, n.º 2, 2435-504 Ribeira do Fárrio, concelho de Ourém, representado neste ato pelo Presidente da Direção, Filipe de Jesus Janeiro.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objeto)

Constitui objecto do presente contrato a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da "Adaptação da Antiga escola de Formigais em Centro de Dia de Apoio a Idosos", de acordo com o projeto técnico constante em Anexo – I, dotando a associação de melhores recursos no cumprimento dos seus objectivos e dos respectivos estatutos.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio Financeiro)

 O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 68.911,61 euros (Sessenta e Oito Mil, Novecentos e Onze Euros e



Sessenta e Um Cêntimos) de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.

- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos estabelecido no Anexo
 II, o qual decorrerá de fevereiro de 2017 a novembro de 2017.
- O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efectuar a apresentação de documentos de despesa e respectivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respectiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	. O pagamento será efectuado por transferência bancária, para a conta bancária								ncária do			
	Centro	Social	da	Ribeira	do	Fárrio,	com	0	número	de	identificação	bancária
								da		entidade		bancária
, conforme declaração em Anexo - III, a qu									III, a qual			
faz parte integrante do presente contrato-programa.												

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;



- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito.
- g) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.
- h) Não afetar a outras finalidades, nem alocar, alienar ou por qualquer outro modo onerar, no todo ou em parte, os bens adquiridos no âmbito deste apoio, durante o seu prazo de vida útil legalmente estabelecido, sem a prévia autorização do Primeiro Outorgante.
- Manter o investimento afeto à respetiva atividade, pelo menos durante dez anos, contado a partir da conclusão da execução financeira prevista no presente contrato.
- j) Acolher os idosos encaminhados pelo Município de Ourém.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.



CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização da obra objecto de apoio)

A execução física da obra será objecto de acompanhamento e fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos autos de medição elaborados.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do(s) imóvel(eis) objecto de intervenção, o montante total de investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.



CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.



Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	
	oreende <u>8</u> folhas às quais se juntamer rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da dos mesmos.
Celebrado aos () dias do mês de igual teor e validade, destinando-se cada um	de 2016, em dois exemplares de deles aos seus Outorgantes.
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Filipe de Jesus Janeiro



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E RECREIO DE OUTEIRO DAS MATAS — "EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE"

Considerando que:

- O Edifício sede da Associação de Cultura e Recreio do Outeiro das Matas necessita de recuperação, particularmente no que concerne ao telhado, sendo evidentes patologias de infiltrações
- a prossecução do Interesse Público Municipal, igualmente concretizado por entidades legalmente constituídas e que visem fins de natureza económica e socialmente relevantes, constitui um auxiliar inestimável na promoção do maior desenvolvimento dos Municípios;
- 3. A Associação Cultural e Recreio do Outeiro das Matas é uma associação sem fins lucrativos, registada a 21 de setembro de 1982 e promove atividades culturais e recreativas, sendo um agente da dinamização social na comunidade local em que se insere.
- 4. os municípios dispõem de atribuições no domínio da cultura e dos tempos livres, de acordo com as alíneas e) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respectiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;



SEGUNDO OUTORGANTE: Associação de Cultura e Recreio das Matas, pessoa coletiva com o NIPC 501 326 685, com sede na Rua de São Bernardo, n.º 244, 2490 – 584 Outeiro das Matas, Freguesia de N.ª Sr.ª das Misericórdias, concelho de Ourém, representado neste ato pelo Presidente da Direção, Daniel Reis Gonçalves.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.^a (Objeto)

Constitui objecto do presente contrato a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da "Empreitada de Recuperação do Edifícios Sede" da Associação de Cultura e Recreio de Outeiro das Matas, de acordo com o projeto técnico constante em Anexo – I, dotando a associação de melhores recursos no cumprimento dos seus objectivos e dos respectivos estatutos.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio Financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 34.440,00 euros (Trinta e Quatro Mil, Quatrocentos e Quarenta Euros) de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos estabelecido no Anexo
 II, o qual decorrerá de fevereiro de 2017 a novembro de 2017.
- O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.



3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efectuar a apresentação de documentos de despesa e respectivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respectiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pagamento será efectuado por transferência bancária, para a conta bancária da
	Associação de Cultura e Recreio de Outeiro das Matas, com o número de
	identificação bancária da entidade bancária
	, conforme declaração em Anexo - III, a qua
	faz parte integrante do presente contrato-programa.

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito.
- g) Não afetar a outras finalidades, nem alocar, alienar ou por qualquer outro modo onerar, no todo ou em parte, os bens adquiridos no âmbito deste apoio, durante o



- seu prazo de vida útil legalmente estabelecido, sem a prévia autorização do Primeiro Outorgante.
- h) Manter o investimento afeto à respetiva atividade, pelo menos durante dez anos, contados a partir da conclusão da execução financeira prevista no presente contrato.
- i) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização da obra objecto de apoio)

A execução física da obra será objecto de acompanhamento e fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos autos de medição elaborados.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do(s) imóvel(eis) objecto de intervenção, o montante total de investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.



CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.



CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	
O presente Protocolo de Colaboração comp	oreende <u>7</u> folhas às quais se juntam
folhas respeitantes aos Anexos, que irão se	er rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da
folha 7, em virtude de conter as assinaturas o	dos mesmos.
Celebrado aos () dias do mês de	de 2016, em dois exemplares de
igual teor e validade, destinando-se cada um	deles aos seus Outorgantes.
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,

Daniel Reis Gonçalves

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREIXIANDA — "BENEFICIAÇÃO DE ANEXOS À CAPELA DA PERUCHA COM PORTÕES"

Considerando que:

- 1. A Fábrica da Igreja Paroquial da Freixianda, pretende promover à beneficiação dos anexos da Igreja de N.ª S.ª da Piedade, em Perucha, particularmente através da colocação de portões, integrando-se esta intervenção na valorização da envolvente da Capela da Perucha.
- 2. A Capela da Perucha é um imóvel com valor cultura e artístico, constante em documento PDM, no inventário dos valores municipais edificados, com relevo para a sua envolvente por representar:
 - a. um elemento de conexão territorial entre as antigas freguesias de Freixianda e Ribeira do Fárrio:
 - b. um marco viário secular ao confinar com a secular "estrada real", valorizando a história viária regional;
 - c. e uma referência espiritual e social para os peregrinos de Fátima, conduzidos pela rota do "Caminho do Norte", trazida designadamente de Alvaiázeres e Ansião, que ali param para orar e descansar.
- 3. O investimento a executar visa criar melhores condições para a socialização da comunidade local, bem como favorecer um acolhimento mais adequado aos peregrinos que ali passam rumo ao Santuário de N.ª Sr.ª do Rosário de Fátima.
- 4. O imóvel a intervir é propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial da Freixianda.
- 5. A Fábrica da Igreja Paroquial da Freixianda é uma pessoa coletiva religiosa legalmente estabelecida.
- 6. As receitas próprias da Fábrica da Igreja Paroquial da Freixianda são insuficientes para a prossecução do investimento a executar.
- 7. Os municípios dispõem de atribuições no domínio do equipamento rural e urbano e dos tempos livres, de acordo com as alíneas a) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Fl.84 18/11/2016 Anexo VII



Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respectiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;

е

SEGUNDO OUTORGANTE: Fábrica da Igreja Paroquial da Freixianda, pessoa coletiva religiosa com o NIPC 501 195 530, com sede na Rua Padre Faustino, n.º 1, 2435-285 Freixianda, representada neste ato pelo Presidente da Direção, Joaquim de Almeida Baptista.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.^a (Objeto)

Constitui objecto do presente contrato a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da "Beneficiação de Anexos à Capela da Perucha com Portões", dotando a associação de melhores recursos no cumprimento dos seus objectivos e dos respectivos estatutos.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio Financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 15.000 euros (Quinze Mil Euros) de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- 2. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.



 Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 7.500 euros (Sete Mil e Quinhentos Euros), em dezembro de 2016;
 - b. 7.500 euros (Sete Mil e Quinhentos Euros), em fevereiro de 2017.
- O pagamento da segunda tranche (e última) está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efectuar a apresentação de documentos de despesa e respectivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respectiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pagamento será efectuado por trans	sferência band	cária, para a conta	bancária da
	Fábrica da Igreja Paroquial da Freixia	nda, com o nú	ımero de identifica	ção bancária
		da	entidade	bancária
	,	conforme de	claração em Anex	o – I, a qual
	faz parte integrante do presente contrat	o-programa.		

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias



autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;

- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito.
- g) Não afetar a outras finalidades, nem alocar, alienar ou por qualquer outro modo onerar, no todo ou em parte, os bens adquiridos no âmbito deste apoio, durante o seu prazo de vida útil legalmente estabelecido, sem a prévia autorização do Primeiro Outorgante.
- h) Manter o investimento afeto à respetiva atividade, pelo menos durante dez anos, contados a partir da conclusão da execução financeira prevista no presente contrato.
- i) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.



CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização da obra objecto de apoio)

A execução física da obra será objecto de acompanhamento e fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos autos de medição elaborados.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do(s) imóvel(eis) objecto de intervenção, o montante total de investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.



CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:		
Câmara Municipal:		
Assembleia Municipal:		



O presente Protocolo de Colaboração com	preende <u>7</u> folhas às quais se juntam
folhas respeitantes aos Anexos, que irão s	er rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da
folha 7, em virtude de conter as assinaturas	dos mesmos.
Celebrado aos () dias do mês de	de 2016, em dois exemplares de
igual teor e validade, destinando-se cada um	n deles aos seus Outorgantes.
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
reio Filmeno Outorgante,	reio Segundo Odiorganie,
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Ioaquim de Almeida Bantista